

Novas formas de associativismo profissional na ciência em Portugal

Luís Orlando Lopes Junqueira

**Dissertação de Mestrado em Sociologia – Especialização em
Conhecimento, Educação e Sociedade**

Maio, 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Sociologia – Especialização em Conhecimento, Educação e Sociedade, realizada sob a orientação científica de João Sedas Nunes e Ana Delicado

Novas formas de associativismo profissional na ciência em Portugal

Luis Junqueira

É inegável o crescimento do sistema científico e tecnológico português ao longo da última década, que atingiu um volume de recursos humanos afectos que parecia impensável algumas décadas antes. Este crescimento foi acompanhado pela formação de duas novas organizações associativas com objectivos de representação e defesa dos interesses socioprofissionais dos investigadores enquadrados nas instituições de investigação científica portuguesa, a Associação dos Bolseiros de Investigação Científica (ABIC), criada em 2003 e a Associação de Investigadores em Ciência e Tecnologia (ANICT), criada no início de 2010. Face a isto, mostra-se importante dar conta do desenvolvimento desta nova mobilização associativa dentro da comunidade científica. Este trabalho propõe-se, por isso, a apresentar uma análise da génese destas duas novas associações profissionais de cientistas portugueses.

Este trabalho recorreu a entrevista aos dirigentes das associações, a um questionário aos seus associados e a diversos tipos de documentos públicos produzidos pelas associações. Foram também tidos em conta os principais indicadores do Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

Estas associações são resultado de conjunturas particulares no desenvolvimento do sistema científico português, e no caso da ABIC, das sociedades ocidentais, visto que as associações de bolseiros estão presentes em contexto norte-americano e em vários países europeus. A ANICT é um caso mais particular, produto de um desenvolvimento especificamente português, que mais dificilmente encontra paralelos noutros contextos, em que o associativismo dos jovens investigadores se resume à actividade por parte dos bolseiros de investigação. A formação destas duas associações teve origem na formação de um contexto de crise pressentida pelos jovens investigadores portugueses, resultante das dificuldades enfrentadas por este grupo no desenvolvimento das suas carreiras profissionais.

The growth of the Portuguese scientific and technological system over the past decade is undeniable, reaching a level of human resources that seemed unthinkable a few decades earlier. This growth was accompanied by the formation of two new membership organizations for purposes of representation and defense of social and professional interests of researchers employed in Portuguese scientific research institutions, the Association of Scientific Research Grant Holders (ABIC), established in 2003 and the National Association of Researchers in Science and Technology (ANICT), established in early 2010. It's important to account for the development of this new associative mobilization within the scientific community. Therefore, this work proposes to present an analysis of the origin of these two new professional associations of Portuguese scientists.

This work resorted to interviews to the leaders of associations, a survey to its members and various types of public documents produced by the associations. The main indicators of the National Scientific and Technological System, were also taken into account.

These associations are the result of the development of the Portuguese scientific system, and in the case of ABIC, of Western societies, whereas the associations of grantees are present in the American context and in several European countries. The ANICT is a more particular product of Portuguese science development, that has no match in other national contexts, in which this new associative activity is mostly due to grant holder mobilization. The formation of these two associations had its origin in the formation of a context of crisis perceived by the young Portuguese researchers, resulting from the difficulties faced by this group in developing their careers.

PALAVRAS-CHAVE: Portugal, ciência, investigadores, associações profissionais

KEYWORDS: Portugal, science, researchers, professional associations

Índice

Introdução	1
Metodologia	5
Capítulo 1	9
Capítulo 2	15
Capítulo 3	39
Capítulo 4	57
Capítulo 5	67
Conclusão	77
Bibliografia	83
Anexo A – Inquéritos aos associados	88
Anexo B – Guiões de Entrevista	102

Introdução

É inegável o crescimento do sistema científico e tecnológico português ao longo da última década, que atingiu um volume de recursos humanos afectos que parecia impensável algumas décadas antes. Este crescimento foi acompanhado pela formação de duas novas organizações associativas com objectivos de representação e defesa dos interesses socioprofissionais dos investigadores enquadrados nas instituições de investigação científica portuguesa, a Associação dos Bolseiros de Investigação Científica, criada em 2003 e a Associação de Investigadores em Ciência e Tecnologia, criada no início de 2010.

Face a isto, mostra-se importante dar conta do desenvolvimento desta nova mobilização associativa dentro da comunidade científica. Este trabalho propõe-se, por isso, a apresentar uma análise da génese destas duas novas associações profissionais de cientistas portugueses. Assumindo as associações como organizações voluntárias que permitem a prossecução de objectivos colectivos (Gundelach, 1984; Kerri, 1976), pretende-se então analisar os processos sociais que levaram à tomada de acção colectiva por parte dos jovens investigadores e à constituição das próprias associações. Esta questão será abordada, por um lado, através da descrição da evolução recente do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, e por outro, através da análise das principais características das associações, a sua base de associados, os seus objectivos e intervenções na política científica nacional, em especial no que diz respeito ao trabalho científico, e por fim o relacionamento institucional das associações com as principais organizações intervenientes na formação da política científica.

Este trabalho é composto por 5 capítulos que procuram dar conta das várias dimensões que poderão estar na origem destas associações

O primeiro capítulo procura fazer o levantamento e discussão da bibliografia disponível sobre associações de jovens investigadores, dando conta da génese e das principais características de associações semelhante às portuguesas de outros contextos nacionais, principalmente o americano. Em seguida procura-se constituir um esquema de análise que permita enquadrar os dados recolhidos e apresentados nos capítulos posteriores.

O segundo capítulo procura fazer a descrição de um conjunto de transformações no mundo do trabalho e mais especificamente do trabalho científico. Procura também fornecer um esboço da evolução do sistema científico e tecnológico nacional, e de algumas dinâmicas internacionais em que se encontra inserido, e de alguns factores de contexto relevantes para a formação das associações aqui estudadas.

O terceiro capítulo tem por objectivo compreender que grupos de investigadores estão por de trás de cada uma das associações, tanto no seu processo de formação como nas suas bases de associados, tendo por base, por um lado a documentação disponível e as entrevistas realizadas aos dirigentes associativos e, por outro, um inquérito realizado aos membros das duas associações.

No quarto capítulo são explorados os objectivos das associações, as principais questões da política científica em que se procuram envolver, e as actividades que foram sendo desenvolvidas neste contexto. Enquanto associações socioprofissionais, esta é uma dimensão da maior importância para a compreensão da sua génese.

O quinto capítulo procura mapear a dinâmica das relações institucionais desenvolvidas pelas associações na tentativa de alcançar os seus objectivos. Através das relações com os organismos de poder ligados à organização e regulação do sistema científico e tecnológico nacional, mas também das relações estabelecidas as duas associações de jovens investigadores e as associações ligadas a outros grupos de profissionais científicos.

Este trabalho está inserido no projecto SOCSCI – Sociedades Científicas na Ciência Contemporânea (PTDC/CS-ECS/101592/2008), sob coordenação da Doutora Ana Delicado. O projecto é financiado pela Fundação para Ciência e Tecnologia e encontra-se em curso no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Metodologia

Este trabalho procurou tomar partido de um conjunto amplo de materiais empíricos, de natureza qualitativa e quantitativa. A recolha de material teve como ponto de partida uma recolha da informação e documentação disponível nos websites das associações. Devido à elevada predisposição destas associações para apresentarem a sua documentação em formato electrónico, foi possível recolher um corpo significativo de documentos, incluindo os estatutos das associações, assim como relatórios de actividades, publicações e newsletters, propostas, programas eleitorais, pareceres e textos de opinião. Foi também enviado um breve inquérito com objectivo de recolher informação adicional sobre as actividades, a organização interna e as relações externas das associações, para o qual foi obtida resposta das duas associações em estudo. Estes dados iniciais foram utilizados para a construção de guiões de entrevista adaptados às características conhecidas de cada uma das associações. Foram contactados os presidentes de ambas as associações com vista à realização das entrevistas, que tiveram durações entre 55 e 77 minutos. Foram ainda abordadas para este trabalho duas outras associações, consideradas importantes enquanto associações socioprofissionais de investigadores já existentes, a Organização dos Trabalhadores Científicos e o Sindicato Nacional do Ensino Superior, para as quais foi seguido o mesmo procedimento.

Durante a realização das entrevistas aos presidentes da ABIC e da ANICT foi feito o pedido de distribuição de um inquérito aos associados, com o objectivo de recolher uma caracterização dos associados e as representações destes a um conjunto de aspectos da

associação. Os inquéritos foram distribuídos por correio electrónico, com opção de resposta em ficheiro de texto ou em plataforma de inquéritos online (surveymonkey). O inquérito aos associados da ANICT foi realizado entre 25 de Fevereiro e 9 de Março de 2011, tendo sido recebidas 73 respostas válidas, que correspondem a uma taxa de resposta de 22,7%. O inquérito aos associados da ABIC foi realizado entre 19 de Maio de 13 de Julho de 2011, tendo sido obtidas 125 respostas válidas, que correspondem a uma taxa de resposta de 17,9%.

É difícil avaliar a qualidade da amostra recolhida para ambos os questionários. Para começar, é necessário considerar que esta amostra não foi recolhida por método aleatório, estando por isso excluída a inferência da sua representatividade a partir de métodos probabilísticos. A taxa de resposta a ambos os questionários pode ser considerada em linha com o que é habitual para esta modalidade. Os trabalhos de investigação desenvolvidos para avaliar este método de inquérito encontram taxas de resposta que variam entre 19,3% e 47,2% para questionários por email em que a base de inquiridos é constituída por estudantes de ensino superior, ou pessoal docente e investigador das universidades. (Kaplowitz, 2004; Sheehan & Grubs, 1999) Apesar destes números serem tendencialmente mais elevados do que os apresentados para este trabalho, há que ter em conta que as taxas de resposta a questionários por email têm vindo a diminuir desde meados dos anos 90. Apesar do aumento da utilização do email ser aparentemente um factor com contributo positivo para a taxa de resposta, certos factores, como o aumento da média de emails recebidos diariamente pelos utilizadores, a banalização do spam (correio não desejado), ou a perda de um certo efeito de novidade têm contribuído para uma diminuição das taxas de resposta. (Sax, Gilmartin, & Bryant, 2003; K. B. Sheehan, 2006)

Ainda deve ser tido em conta a possibilidade de existência de factores de enviesamento decorrentes da diferente apetência de certos grupos de indivíduos para responder a esta modalidade de questionário. Em primeiro, certos factores geralmente considerados não são necessariamente problemáticos neste caso. É esperado que entre a população alvo – os membros das associações - o nível de educação seja elevado (Sax et al., 2003), visto

que são associações de profissionais científicos, e o acesso e capacidade de utilização de email (Zhang, 2000) esteja amplamente disseminado. Outro aspecto que também é apontada como relevante é a “saliência” do inquérito, ou seja, o interesse que o tema do inquérito levanta entre os inquiridos. (Sheehan, 2006) Neste caso poderá haver um enviesamento resultante duma maior disponibilidade dos membros mais interessados ou envolvidos nas associações para responderem ao questionário. A idade dos inquiridos é também um aspecto relevante, visto, que existe uma maior apetência dos jovens adultos para responder a questionários por email, quando comparados indivíduos mais velhos. (Sax et al., 2003)

Capítulo 1

A emergência de movimentos de contestação formados pela comunidade científica, não é um fenómeno isolado dentro do mundo profissional. O impacto da mobilização política durante os anos 60, tornou a mobilização mais atractiva para determinados grupos sociais enquanto forma de participação e *lobbying* político. (Meyer & Staggenborg 2011) É relevante dar conta da passagem da contestação dirigida aos poderes económicos para a dirigida aos poderes políticos.. Em particular, nos movimentos de contestação ligados à esfera do trabalho, a principal diferença para os movimentos laborais clássicos é a mudança da oposição de classe entre trabalho e capital para a contestação dos processos de decisão política dos quais certos grupos profissionais estão dependentes. (Porta & Diani 2006). Os movimentos de defesa de interesses profissionais - e as associações que os representam -, apesar de um declínio nos 80, têm mostrado alguns sinais de revitalização a partir dos finais dos anos 90. (D. Clawson & Clawson 1999; Frege & Kelly 2003)

Os sindicatos de investigadores e docentes universitários, como realidade social que se presta analiticamente à confluência da sociologia da ciência e da sociologia do trabalho, foram relativamente pouco estudados até recentemente, com a emergência das associações de *graduate students* a trazerem alguma atenção para este tipo de associações. (Lee et al., 2004) A maioria dos trabalhos existentes sobre o sindicalismo docente dá pouca atenção à origem das organizações e ao processo de formação, dando

mais ênfase a outros aspectos como o seu impacto a nível salarial (Ponak, Thompson, & Zerbe 1992; Kemerer & Baldrige 2011) ou à sua relação com a administração das universidades. Dos que referem a origem das *faculty unions*, Lawless (Lawless, 1981) destaca a desordem criada nos anos 60 e 70 pela ausência de estatutos bem definidos sobre a relação entre os docentes e o seu empregador e as mudanças na organização do sistema de financiamento público das universidades que se traduziu numa redução das subvenções. Penner (Penner, 1994) refere a organização pouco democrática das universidades antes dos anos 70, com a concentração do poder nos cargos de administração e pouco aberta à participação do corpo docente nas decisões.

Sobre os sindicatos de *graduate employees*, existe já um corpo significativo de literatura, que incide, entre outros aspectos, na emergência destes novas organizações. Estas enquadram os estudantes de doutoramento, especialmente aqueles que estão integrados nas universidades como *teaching assistants* ou *research assistants*. (Rhoads & Rhoades 2005). A primeira *graduate union* americana é criada e reconhecida em 1969 na Universidade de Wisconsin-Madison, devido a um alinhamento favorável da administração da universidade. A influência da contestação estudantil do final dos anos 60 e inícios de 70 vai ainda dar origem a mais 9 *unions* até 1975. Mas é principalmente a partir dos anos 90 que começa o crescimento deste movimento nos EUA. No período entre 1990 e 2002 são reconhecidas pelas respectivas universidades 16 novas *unions*, mais do que as que surgiram entre 1968 e 90. (Singh, Zinni & MacLennan 2006) E este processo de formação não dava sinais de abrandamento em 2003, com várias campanhas de mobilização para a formação de novas *unions* a decorrer nesse ano. (Kerchner, 2003) O movimento não cresceu apenas no número de organizações mas também no número de *graduate employees* cobertos por *unions*, que passou de 14000 em 1990 para quase 40000 em 2000. Outro acontecimento importante foi o reconhecimento da primeira *union* numa universidade privada americana – a Universidade de Nova Iorque (NYU) em 2000. A formação desta *union* envolveu a apresentação do caso ao National Labor Relations Board, responsável federal pelas relações de trabalho, que forçou a NYU a reconhecer o direito destes trabalhadores à negociação colectiva com a administração da universidade.

Este processo acabou por incentivar mais disputas sobre a formação de *unions* noutras universidades privadas. (Rhoads & Rhoades 2005)

Entre outros motivos, estas associações constituíram uma resposta às transformações observadas na universidade americana, que viu crescer o número de investigadores em programas de doutoramento e pós-doutoramento, correspondendo ao prolongamento de uma situação laboral precária ditada pela ausência de posições de entrada na carreira docente. (Julius & Gumpert 2002; Hoeller 2007) Em resultado destas mudanças uma parte crescente do corpo de investigadores (que inclui desde doutorandos a bolseiros em programas de pós-doutoramento) experimenta duradouramente condições laborais particularmente adversas. Hoeller (Hoeller, 2007) denomina um *two-tier system*, ou um sistema de duas classes, o *estado de coisas* então criado em que um número reduzido de professores com *tenure* partilha o espaço académico com um número crescente de bolseiros ou investigadores com vínculos laborais temporários, com possibilidades reduzidas de aceder a uma situação laboral que lhes permite uma progressão nas respectivas carreiras. Em suma, emergiu na academia um grupo de investigadores que partilham um conjunto de interesses profissionais, que divergem (ou chocam em alguns casos) daqueles dos grupos já constituídos. As *unions* existentes, associadas aos docentes das universidades, não são adequadas à representação dos interesses dos jovens investigadores em graduação. (Kerchner, 2003)

Embora os argumentos apresentados por este conjunto de autores para a formação destas organizações seja adequado, eles são apresentados com enquadramentos muito distintos, pondo em evidência diferentes factores que contribuíram para a emergência destes movimentos. Para uma análise consistente da formação das associações de investigadores correspondentes às apresentadas na literatura é necessário recorrer a algum tipo de moldura conceptual que permite a integração das diferentes causas contribuintes para a sua emergência. A análise terá em conta 3 vectores teóricos distintos.

Em primeiro, a concepção de mobilização como resposta a situações de tensão social, aquilo que pode ser classificado como “movimentos de crise”, ou seja, “acção

colectiva espoletada por situações disruptivas para a vida dos indivíduos, incluindo (mas não limitado a) desemprego generalizado, carência de alimentos ou grandes deslocalizações sociais.” (Kerbo 1982, p. 653) Esta descrição representa sobretudo os casos mais extremos de tensão social, mas as motivações para a mobilização podem abranger desde as situações sociais mais graves, até aquelas que não constituindo necessariamente uma ameaça iminente ao modo de vida dos grupos afectados, criam situação de instabilidade ou descontentamento. Outras formulações anteriores, que se assemelham a esta colocam em destaque a ideia de tensão estrutural “structural strain”. A emergência destas tensões pode estar ligadas a diversas esferas da vida social, podendo ter origem em conflitos de natureza económica ou de valores. (Smelser, 1962) Do primeiro caso são exemplo os movimentos sindicais, para os quais a negociação salarial e de regalias socioprofissionais tem um carácter central. (Smelser, 1962) O trabalho de Gusfield (Gusfield, 2012) sobre associações cristãs femininas, que focam em determinados comportamentos sociais como o consumo de bebidas alcoólicas são exemplo do segundo. É a formação destas tensões que promove a emergência e evolução da acção colectiva.

Em segundo, dá-se importância à formação de clivagens sociais como factor que contribui para a formação da acção colectiva. A estruturação da sociedade leva à origem de grupos em diferentes posições perante a distribuição de recursos, e consequentemente com potencial para a divergência dos seus interesses socioeconómicos. Esta abordagem está sobretudo ligada ao estudo dos movimentos operários do século XIX, mas os mesmos princípios podem ser enquadráveis à emergência de novas formas de estratificação na sociedade contemporânea. (Porta & Diani 2006) A formação de novos grupos sociais, com novos interesses e valores a defender perante a sociedade tendem a ser a base de novos movimentos. A transformação destas clivagens em novos grupos de acção colectiva é um processo dinâmico e mediado pelas condições políticas em que os indivíduos se encontram. Estes “encontram-se na intercepção de esferas sociais múltiplas (...) que contribuem para formar os seus interesses e definir o que lhes é politicamente saliente.” (Baldassari 2006)

Por último, é necessário ter em conta os contextos em que a mobilização ocorre, nesse sentido, irá recorrer-se à teoria das oportunidades políticas. Na sua formulação inicial, a ideia central desta abordagem é que “ (...) o protesto ocorre quando existe um espaço de tolerância criado pelo contexto político e quando os protestantes estão nem numa posição suficientemente favorável para impedir a mobilização nem numa posição tão reprimida que os impeça de tentar atingir os seus objectivos.” (Meyer 2004, pp. 128) Esta formulação inicial foi bem-sucedida na explicação da origem de movimentos com a mudança de regime político, por exemplo em processos de abertura democrática, ou para explicar a variação geográfica da sua actividade em termos do grau de abertura dos contextos políticos. (Meyer 2011) As estruturas de oportunidades pode então ser definidas de forma mais genérica como “configurações de opções, chances e riscos originando do exterior do grupo em mobilização (...) Essas oportunidades podem ser relativamente estáveis ou fixas, mas também podem mudar de um dia para o outro.” (Koopmans, 1999, p. 99)

Em suma, vai ser assumido que no caso específico a emergência das associações estudadas neste trabalho vai depender de três factores, o desenvolvimento de elementos de descontentamento ou instabilidade, a existência ou a formação de clivagens na comunidade científica portuguesa, que dão origem a grupos que procuram defender interesses distintos e a existência de factores a nível social e político que favoreçam a sua actuação.

Capítulo 2

Tem emergido na bibliografia a ideia de que a organização do trabalho nas sociedades ocidentais se tem vindo a alterar nas últimas 3 ou 4 décadas. O desenvolvimento recente das economias ocidentais, na mudança do tipo de mão-de-obra e de actividades económicas desenvolvidas e a um novo clima económico competitivo e globalizado, tem levado à introdução de novas lógicas de estruturação do trabalho, com repercussões muito significativas nas carreiras dos trabalhadores. Em seguida procura-se traçar um paralelo entre estas transformações mundo do trabalho em geral e a evolução do trabalho científico no mesmo período.

Este texto pretende reflectir sobre essas transformações, tendo como base a discussão da bibliografia relevante, e ainda explorar a concretização destas transformações no contexto português, dando conta de alguns aspectos da evolução recente do sistema científico nacional.

Enquadramento

A partir dos anos 90, a literatura sociológica sobre relações laborais tem sinalizado uma transformação na forma de organização do trabalho nas sociedades ocidentais.

Boltanski e Chiapello, encontram essas transformações na sua dimensão ideológica expressa no discurso dos profissionais de gestão. Esses textos defendem um modelo de

empresa flexível e inventivo, por oposição ao modelo fordista, rígido e burocrático, como forma de fazer frente a uma nova realidade económica, mais globalizada, mais competitiva e imersa num processo de constante mudança. Associada a esta é defendida também uma ideologia do trabalhador-modelo deste novo mundo laboral, que deverá dar elevado valor à mudança, ao risco e à mobilidade em detrimento da segurança no trabalho. Neste contexto a capacidade de um trabalhador se manter empregável, isto é, de transitar e progredir na carreira através da sucessão de vínculos laborais de duração temporária, substituem a obtenção de um vínculo laboral sem termo ou de longa duração, não apenas como a única forma de segurança no trabalho compatível com a nova realidade socioeconómica, mas também como a mais desejável. (Boltanski & Chiapello 2007)

Sennett destaca o mesmo tipo de ideologia emergente nos Estados Unidos da América, nos quais a ideia “organização flexível” tem vindo a afirmar-se. Neste tipo de organização o trabalho é organizado por tarefas, em vez de uma função fixa; a evolução linear da carreira é substituída por uma mentalidade que privilegia mudanças mais frequentes de emprego e o out-sourcing de algumas funções permitem que “a organização expanda e contraia, que trabalhadores sejam adicionados e descartados quando a empresa passa de uma tarefa a outra. (2006)

Por outro lado, Boltanski e Chiapello destacam não apenas a dimensão discursiva destas mudanças mas também a sua concretização na organização do trabalho e do emprego em França. Neste país os vínculos laborais temporários têm vindo a ganhar espaço, aumentando de cerca de 500.000 para cerca de 1.600.000 entre 1978 e 1995, passando a constituir cerca de 9% da força de trabalho. (Boltanski & Chiapello 2007)

Noutros contextos nacionais tem-se operado mudanças semelhantes, por exemplo, nos Estados Unidos e em Espanha, o numero de trabalhadores com vínculos laborais temporários aumentou, respectivamente, 25% e 13%, ao longo dos anos 90. (Kalleberg, 2000) Ainda em relação ao contexto americano, Sennett calcula o número da força de trabalho contingente, isto é, todo o tipo de trabalhadores com vínculos temporários em cerca de um quinto dos trabalhadores. (Sennett, 2006) Em Portugal o

recurso a vínculos laborais temporários encontra-se bastante difundido, compreendendo 21,1%, do total de trabalhadores em 2003 contra 12,3% na média da União Europeia para o mesmo ano. (Kovács, 2006)

O aumento do recurso à contratação de trabalhadores a prazo ou a título temporário faz-se sentir na vida dos trabalhadores. Sennet encontra um sentimento de ansiedade causado pela incerteza em relação à permanência dos trabalhadores no seu lugar de trabalho devido à transformação frequente da estrutura das empresas. (Sennett, 2006). Benner descreve uma situação semelhante entre os trabalhadores de Silicon Valley, que se vem sujeitos a flutuações de emprego frequentes e à necessidade de reforçar o seu currículo com novas competências, sem as quais obter um novo emprego numa indústria em mudança permanente se torna particularmente difícil. (Benner, 2004) Outro autor aponta ainda que a instabilidade laboral, anteriormente tomada como um fardo exclusivo das classes de trabalhadores pouco qualificados se tem vindo a alastrar para os profissionais qualificados, especialmente os mais jovens, que se vêem confrontados com a lenta criação de novos postos de trabalho. Esta instabilidade contribui para o adiamento de certos aspectos do seu percurso de vida, como a formação de família. (Smith, 2012)

Tem também sido amplamente discutida na bibliografia a ideia de que está a emergir uma nova forma de organizar a produção de conhecimento científico, que tem uma das suas manifestações mais influentes no trabalho de Gibbons et al (2008) sobre a afirmação de um novo modo de produção científica, intitulado Modo 2.

O aspecto nuclear do Modo 2 é a redução das barreiras que dividem a produção académica do resto da sociedade, nas suas esferas económica, política e social. Os diversos sistemas que compõem a sociedade moderna, o estado, a ciência, a cultura e o mercado, que se encontravam separados, tornaram-se cada vez mais interligados, criando espaços de contacto, que tomam importância crescente nas sociedades modernas, em que o conhecimento de Modo 2 é produzido. Um aspecto destas transformações que é necessário discutir é o aparente carácter ambivalente com que são tratados na bibliografia. As repercussões do reforço do Modo 2 nos sistemas científicos mostram-se bastante complexas, abarcando vários fenómenos sociais distintos.

Um conjunto de autores concentra-se nos benefícios que o aprofundamento da abertura da ciência parece ter trazido ao desenvolvimento da ciência e da própria sociedade. A intensificação das relações entre Academia, Estado e empresas teve um impacto positivo na produção científica, com o aumento do financiamento para os sistemas de C&T (Etzkowitz, 1994). Também são notados os impactos económicos positivos destas mudanças. A emergência deste modelo gera as dinâmicas e as redes de relações essenciais para o sucesso das empresas e para enquadrar as universidades como instituições centrais no processo de desenvolvimento económico (Scott 1997; Marques, Caraca, & Diz 2006).

Têm também tomado forma um corpo de literatura, de natureza mais crítica das mudanças associadas ao Modo 2 de produção científica, que incide essencialmente sobre as suas repercussões no constrangimento da actividade científica pela sujeição do papel da academia aos interesses das economias pós-industriais. Neste aspecto, a crítica assume formas diversas focando ora um, ora outro aspecto da organização académica afectado, mas sempre com uma análise que aponta para consequências graves ou até para uma crise iminente da academia. Apesar das diferenças é possível tentar enquadrar as diferentes críticas em 2 vectores, que estando claramente interligados, ajudam a clarificar a direcção tomada pela literatura.

Em primeiro lugar, é apontado que a crescente governamentalização e industrialização da investigação trazem riscos para a liberdade científica das instituições e dos investigadores. Blumenthal (1996) descreve como a investigação direccionada para a acumulação de patentes, motivada pela parceria entre universidades e empresas, acarreta compromissos de sigilo dos resultados de investigação, com prejuízo para a comunicação do trabalho científico aos pares. Outros autores (Dyer-witthford 2005; Fisher, Atkinson-Grosjean & House 1991) apontam para uma perda de autonomia na direcção da investigação, devido aos constrangimentos orçamentais das universidades e centros de investigação associados à pressão para aumentar os níveis de produtividade científica, que estimulam a dependência das universidades do investimento privado e do financiamento directo da investigação pelas agências governamentais. Os centros de investigação são

incentivados a produzir investigação aplicada e a transferi-la o mais rapidamente possível para a indústria com o objectivo de aumentar a competitividade das economias. (Fisher, Atkinson-Grosjean & House 1991)

Uma outra linha de críticas, mais importante para o contexto deste trabalho, vai no sentido de uma deterioração generalizada das condições de trabalho na academia, que têm paralelo nas transformações observadas nas condições laborais nas sociedades ocidentais. (Freeman et al. 2001; Bousquet 2011; Kleinman & Vallas 2001) Os docentes universitários, sob pressão crescente para aumentar a sua produtividade científica sem que sejam reduzidas as suas responsabilidades de ensino, vêem aumentada a sua carga de trabalho. (Altbach, 1980) São identificados também constrangimentos a nível da empregabilidade científica entre os estudantes de doutoramento, que mostram relutância em seguir carreiras na academia por falta posições de ensino disponíveis nas instituições. (Hakala, 2008) É também apontado que a nova dinâmica da actividade económica e o aumento rápido da formação de investigadores doutorados têm dificultado a permanência dos investigadores nas instituições (pelos entraves ao acesso às “tenured positions”), que vêem a sua empregabilidade dependente da transição bem-sucedida entre bolsas ou projectos de investigação sucessivos. (Jacob 2000; Trigg & Miller 2002; Gaughan 2004; Hoeller 2007; Rajagopal & Farr 1989)

Um esboço da evolução recente do sistema científico e tecnológico nacional

O sistema científico nacional tem sofrido um crescimento notável ao longo dos últimos 30 anos, em termos da sua dimensão, internacionalização e também da sua importância na política económica nacional. A criação da JNICT nos anos 60 marca o início da institucionalização do papel do estado na política científica nacional, com a introdução de uma certa abertura no regime do Estado Novo e de uma percepção da importância política da ciência e tecnologia. Neste momento, a ênfase da organização fica restrito às funções de coordenação da investigação científica à escala nacional, sem previsões de

financiamento. Com a queda do regime do Estado Novo, renova-se o interesse político do estado português na ciência e tecnologia com a inclusão do Artigo 81 na Constituição de 1975, em que fica prevista a incumbência do Estado em assegurar uma política de ciência e tecnologia como instrumento fundamental de desenvolvimento.

Mas é sobretudo com a adesão de Portugal à CEE que são dados grandes passos em termos de política científica e tecnológica. A entrada no país dos fundos de desenvolvimento comunitário e a participação das instituições portuguesas nos programas quadro de desenvolvimento científico vão permitir que sejam alocados os recursos necessários para os primeiros grandes programas de financiamento de investigação, de desenvolvimento de infra-estruturas e formação de investigadores como o Plano de Mobilizador de Ciência e Tecnologia em 1987 e o primeiro Programa Ciência em 1990. (M. Gago, 1992) É também iniciada neste período a participação portuguesa em redes de investigadores a nível europeu, com destaque para a participação nos Programas Quadro para a Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (M. Gago, 1992) e para a entrada do país para o membros de 3 grandes laboratórios europeus, a Agência Espacial Europeia (ESA), o Observatório Europeu do Sul (ESO) e o Centro Europeu para a Investigação Nuclear (CERN). (Ruivo, 1998) O desenvolvimento científico consolida também a sua posição no discurso político não apenas visível na aprovação da Lei nº 91/88, a Lei sobre a Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico, em que se afirma que:

“A política nacional de I&D é um dos garantes da modernização e desenvolvimento económico, social e cultural do País, constituindo parte integrante da estratégia nacional de aproveitamento e valorização dos recursos nacionais de todos os tipos (...)”¹

¹ Diário da República I série nº 187 pp. 3363-3366

A mesma referência à importância social da ciência surge também no discurso de algumas figuras que estiveram à frente de algumas instituições envolvidas nestes processos de consolidação da política científica.

“As transformações socioeconómicas nas sociedades contemporâneas tornaram a criatividade, o saber, a comunicação e a capacidade técnica em recursos de valor inestimável para o desenvolvimento das sociedades. A ciência e a tecnologia surgem neste contexto, em papel de destaque como factores de desenvolvimento.” José Pedro Sucena Paiva, Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia 1988-91 (Paiva, 1991, pp 5)

"Outros factores determinantes, no caso português, são o da adesão do país à CEE e o da próxima realização do Mercado Único em 1993, bem como o alargamento da Europa aos países do Leste, pelo desafio que estes factos constituem para as empresas, confrontadas com mercados abertos. (...) É claramente necessário um grande esforço empresarial de modernização e inovação, no qual a investigação industrial terá, nalguns casos mais do que noutros, uma parcela significativa. (Gago, 1990, pp 75)

O desenvolvimento científico e tecnológico surge assim defendido no seu potencial de desenvolvimento económico e como solução para os novos desafios que o país enfrenta, decorrentes da transição para uma economia aberta. A nível de recursos humanos à que salientar que foi neste período que foram lançadas as bases do programa de apoios à formação avançada. Em primeiro lugar, as bolsas de doutoramento foram pela primeira vez abertas a investigadores sem vínculo institucional ao sistema científico português. Em segundo, foi criada uma tipologia alargada de bolsas para trabalhos de investigação a nível pré-doutoral, pós-doutoral e no âmbito de projectos. (Ruivo, 1998)

Ao longo dos anos 90 o sistema científico e tecnológico nacional continua a ganhar forma, sendo organizados neste período muitos dos aspectos que caracterizam o seu funcionamento na actualidade. Em 1994 é definido o programa de financiamento plurianual das instituições de C&T, que ainda hoje se mantém como base do financiamento público à investigação em Portugal. Dois anos depois, em 1996, é iniciado o

processo de avaliação das instituições, feito por painéis de peritos internacionais, que servirá de referência para a atribuição de fundos plurianuais. Outras referências importantes para a organização do sistema científico nacional e reveladora da crescente importância política é a criação em 1995 do primeiro ministério da ciência e tecnologia no XIII Governo Constitucional, tendo à sua frente Mariano Gago, e a extinção da JNICT, substituída pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. No final desta década é também promulgado um conjunto importante de diplomas para a consolidação de alguns aspectos da organização da ciência. É aprovado o Regime Jurídico das Instituições de Investigação², que cria o estatuto de Laboratório Associado e enquadra o financiamento de investigação em instituições privadas e o primeiro Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica³.

A passagem para o novo milénio traz um novo ciclo no desenvolvimento do SCTN, marcado pela delineação a nível da União Europeia da Estratégia de Lisboa, como forma de fazer frente à globalização, reforçando o enquadramento dos países europeus enquanto sociedades e economias de conhecimento. O programa assenta em 4 áreas fundamentais⁴:

- Investimento nas pessoas – desenvolvimento duma força de trabalho flexível e altamente qualificada, como resposta à globalização
- Mais investigação e desenvolvimento – aumentar o volume de despesas em I&D e reforçar a ligação entre academia e empresas
- Ambiente de negócios mais dinâmico – diminuição da burocracia e facilitamento do crédito às empresas
- Uma economia mais verde – redução do impacto ambiental do desenvolvimento económico, promovendo a poupança energética e promovendo novos meios de produção

Mais especificamente destaca-se a meta de crescimento da despesa em I&D europeia para 3% do produto interno bruto até 2010, que ficará por atingir ainda que com

² Regime Jurídico das Instituições de Investigação Decreto – Diário da República I série nº 92 Decreto-Lei nº 125/99

³ Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica – Diário da República I Série nº 92 Decreto-Lei nº 123/99

⁴ http://ec.europa.eu/archives/growthandjobs_2009/objectives/index_en.htm

uma ligeira subida dos 1,86% para os 2%⁵. Contudo, no contexto nacional a situação é bastante diferente. Durante os anos 2000 as dinâmicas de crescimento do sistema científico e tecnológico nacional vão ter continuidade e vêm-se acentuadas, particularmente com o regresso de Mariano Gago ao Ministério da Ciência e Tecnologia em 2005, e com lançamento do Programa Compromisso com a Ciência, que vem reforçar a centralidade da ciência e da inovação na estratégia de desenvolvimento socioeconómico do país.

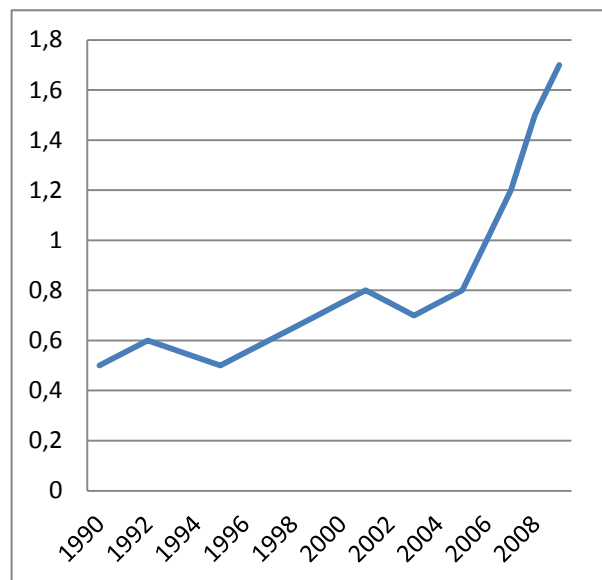
“Sabemos que o progresso científico é motor de desenvolvimento e fonte de progresso. Sabemos que os recursos públicos investidos sob rigorosa avaliação internacional são fonte de conhecimento novo, de formação avançada de novos recursos humanos para a sociedade e a economia e de ideias e processos que, cada vez mais rapidamente, resultam em inovação empresarial, modernização das instituições, qualidade de vida, competitividade externa e melhor emprego.”⁶

O programa consiste num conjunto de ambiciosas medidas com putativo impacte em várias dimensões do sistema científico e tecnológico nacional, definindo 4 grandes metas: o aumento do número de investigadores em actividade (ETI) para 5,5 por mil habitantes; o aumento em 50% do número de bolsas de doutoramento atribuídas anualmente; o aumento em 50% do número de publicações científicas referenciadas internacionalmente; triplicar o número de patentes europeias e americanas registadas por organizações portuguesas.

⁵ Fonte: Eurostat; PORDATA

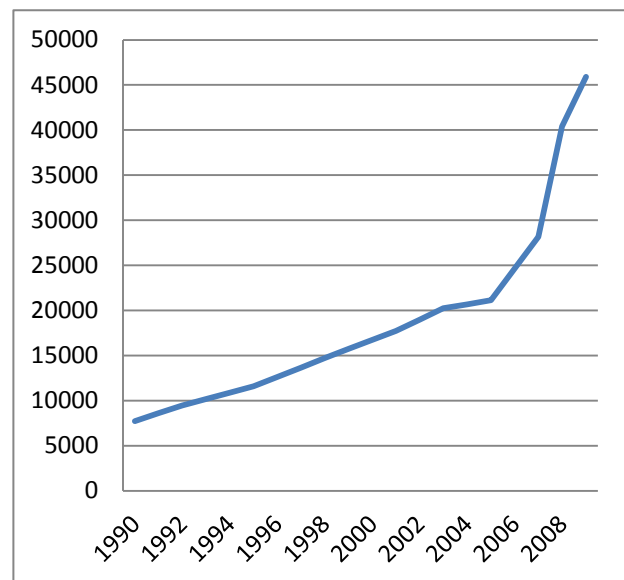
⁶ MCTES Um Compromisso com a ciência para o futuro de Portugal

Figura 1 Despesa total em actividades de investigação e desenvolvimento (I&D) em % do PIB



Fonte: GPEARI, PORDATA

Figura 2 Total de investigadores (ETI) em actividades de investigação e desenvolvimento



Fonte: GPEARI, PORDATA

O investimento em I&D que já vinha de um período de crescimento significativo durante a década de 90 vai convergir para a média europeia atingindo os 1,7% do PIB (Figura 1). O crescimento do número de investigadores em Portugal acompanha esse crescimento, passando de pouco menos de 17000 para cerca de 45000 num período de 10 anos. (Figura 2)

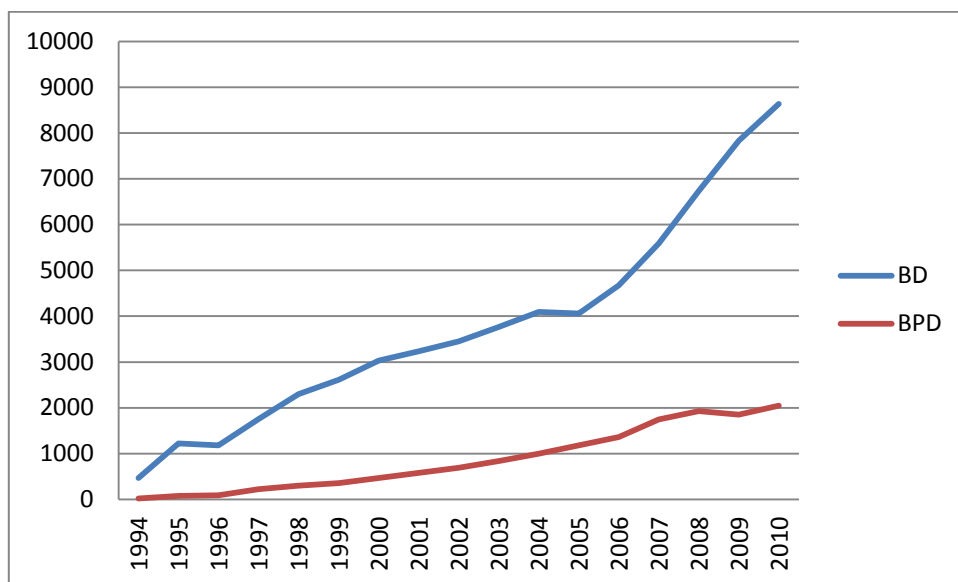
Tabela 1 Total de publicações científicas nacionais indexadas internacionalmente e total de patentes concedidas a universidades e centro de I&D portugueses

Ano	Total de Publicações Científicas	Total de patentes concedidas e universidades e centros de investigação
2000	4463	7
2001	4831	9
2002	5512	8
2003	6089	32
2004	6832	39
2005	7407	49
2006	9143	39
2007	9943	77
2008	11691	66
2009	12429	77
2010	12865	76

Fonte: GPEARI, PORDATA

O crescimento em financiamento e recursos humanos vai traduzir-se num aumento da produção científica por parte das universidades e centros de investigação portugueses. (Quadro 1) O número de artigos publicados em revistas científicas de referência prossegue a tendência crescente, quadruplicando entre 2000 e 2010. Também significativo é o crescimento do número de patentes concedidas a universidades e centros de investigação portugueses, que passaram de ser quase insignificantes no início da década a aproximadamente 70 por ano nos últimos 4 anos.

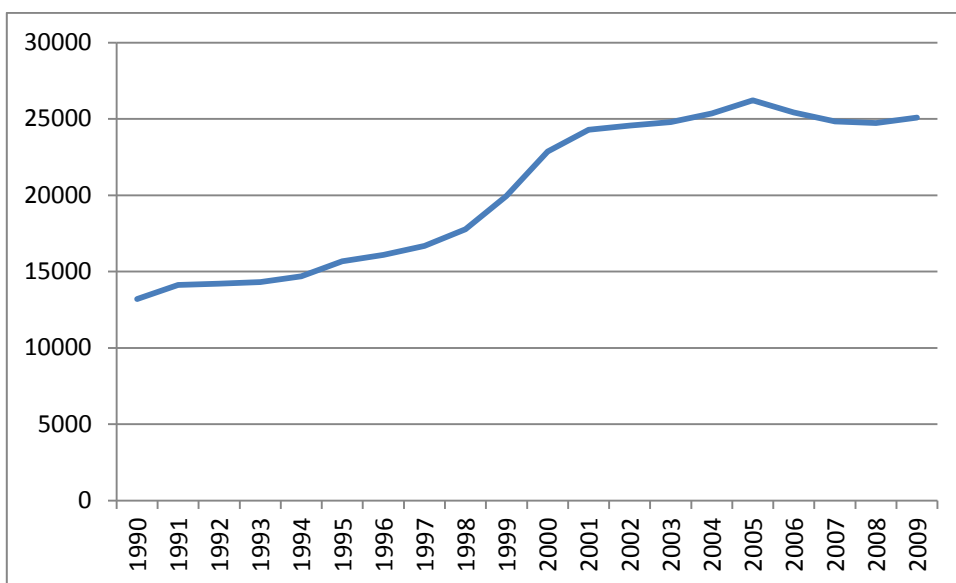
Figura 3 - Número de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento em execução



Fonte: FCT – Conselho Directivo

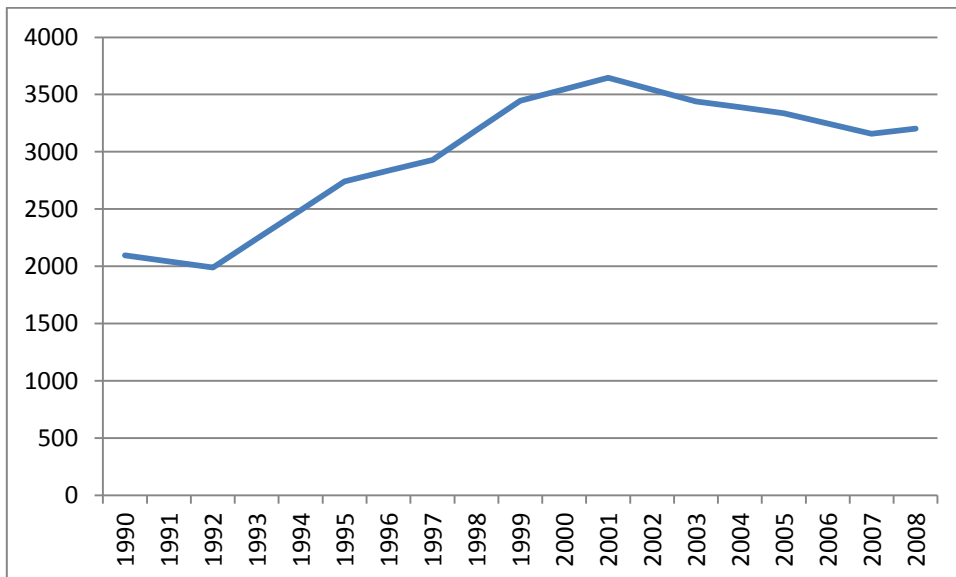
Olhando com mais atenção para evolução dos recursos humanos em C&T (Figura 3) podemos dar conta do esforço de financiamento de programas de formação avançada por parte do governo português. O aumento do número de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento em execução tem sido um dos pilares do crescimento científico. Ao longo dos últimos 15 anos o número de bolsas de doutoramento em execução passou de poucas centenas em 1994 para 8636 em 2010, com um crescimento particularmente acentuado nos últimos 5 anos. As bolsas de pós-doutoramento acompanharam esta evolução crescendo de poucas centenas para cerca de 2000 actualmente.

Figura 4 - Evolução do número de professores do ensino superior



Fonte: PORDATA / GPEARI – Inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional

Figura 5 - Evolução do número de investigadores no sector do Estado (ETI)



Fonte: PORDATA / GPEARI – Inquérito ao potencial científico e tecnológico nacional

Este crescimento não tem sido acompanhado por um crescimento dos lugares disponíveis nas carreiras de docência universitária e de investigação científica, que constituem as duas

possibilidades de integração duradoura dos investigadores doutorados nas instituições públicas de investigação. Tanto o número de docentes de ensino superior como o de investigadores no sector do Estado mantêm-se relativamente estáveis desde os finais dos anos 90. No entanto, foram instituídos pela FCT novas formas de enquadramento da contratação de investigadores doutorados para as instituições de investigação científica. Em primeiro lugar através do estatuto de Laboratório Associado que prevê a possibilidade de as instituições contratarem investigadores doutorados em contractos que não ultrapassem os 5 anos de duração, ainda que com a possibilidade de renovação. O segundo mecanismo foi o lançamento dos dois concursos Ciência, em 2007 e 2008, que permitiram aos centros de investigação a contratação de um total de 1185 novos investigadores em contractos a prazo de 5 anos. Fica por saber se a política de contratação de investigadores nestas modalidades é apenas o resultado de um desajustamento entre a política de bolsas, cujo financiamento tem aumentado, e a política de contratações para o ensino superior, o principal empregador de doutorados em Portugal, ou se representa uma mudança na estrutura das carreiras científicas. A verdade é que estas dificuldades de acesso às posições de carácter permanente nas instituições científicas está em linha com a de outros sistemas científicos como o americano ou o canadiano referidos na bibliografia discutida, nos quais esta mudança se parece ter estabelecido como regular na organização do trabalho académico.

A análise do contexto nacional e internacional pode fornecer ainda um conjunto de outros factores que podem ser enquadrados enquanto impulsionadores, ou pelo menos, catalisadores da formação das associações por criarem um clima favorável à acção colectiva dos jovens investigadores e à formação das suas associações.

A importância social da ciência

Como já foi sugerido, a ciência tem visto a sua importância social e económica crescer desde o 25 de Abril.

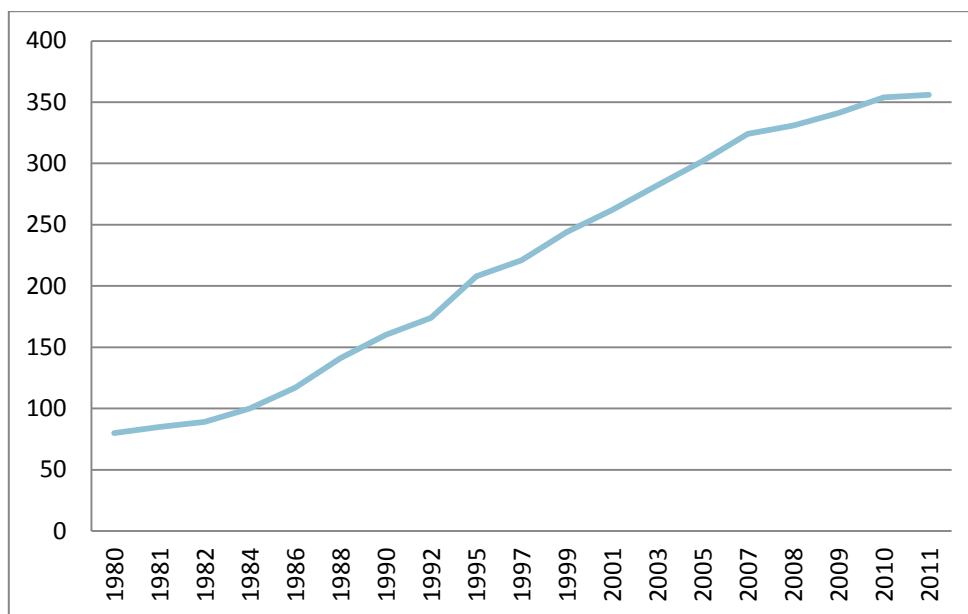
Talvez não tanto a percepção da ciência como objecto de uma actividade profissional dotada de especificidade, quanto a percepção da sua relevância socioeconómica na sociedade pós-industrial tem levado à emergência de formas de articulação e de organização dos cientistas, as quais passam a girar não apenas em torno da defesa da liberdade ou autonomia científicas, como da reivindicação de meios adequados à condução da sua actividade. (...) Compreende-se, assim, que as organizações de cientistas, iniciadas historicamente à volta de preocupações científicas (...) se tenham estendido, mais tarde, aos interesses profissionais e de carreira, e que os cientistas se tenham assumido, nas últimas décadas, como porta-vozes de reclamações da sociedade global no que respeita a ciência e tecnologia. (Gonçalves 1993, p. 143)

Essa percepção do papel social e económico da ciência é um factor que pode ser enquadrado como parte das oportunidades para a formação de organizações de defesa dos direitos profissionais dos cientistas. Enquanto um dos elementos catalisadores do desenvolvimento económico, a ciência tem assumido, hoje em dia, um estatuto cada vez mais importante, especialmente junto do poder político. Essa percepção favorece a organização dos cientistas na sociedade, seja na defesa dos seus interesses socioprofissionais ou na intervenção em controvérsias sociais e políticas de base técnico-científica, como a bioética ou a conservação do ambiente.

O associativismo científico em Portugal

Outro factor a considerar é o crescimento do associativismo científico em Portugal, que tem acompanhado o crescimento da comunidade científica ao longo dos últimos 20 anos. O número total de associações ligadas à esfera da ciência, incluindo as sociedades científicas disciplinares, associações de divulgação científica ou associações de profissionais ligados à investigação científica cresceu de 80 associações no início dos anos 80 para 356 em 2011.

Figura 6 - Evolução do número de associações científica portuguesas



Fonte: SOCSCI – Recenseamento das Associações Científicas Portuguesas, 2011

As associações socioprofissionais de investigadores portugueses

Também é necessário considerar a existência prévia de associações socioprofissionais de investigadores no contexto nacional, como um possível factor que incentivou a criação de

novas associações do mesmo género, a Organização dos Trabalhadores Científicos e o Sindicato Nacional do Ensino Superior.

O grupo que deu origem à OTC, vinha já a movimentar-se desde antes da revolução de 1974, mas só vai ganhar ímpeto suficiente para proceder à sua formação com a viragem democrática do país, seguindo em paralelo a sindicalização de outras actividades profissionais. Aqui a questão é sobretudo a de saber porque se formou uma associação como esta, não sindical, mas com uma clara vertente de representação de interesses socioprofissionais, e que de alguma forma se manteve ligada aos investigadores não docentes dos laboratórios de estado.

A formação da OTC deve-se primeiro à vontade de instituir a organização como uma associação não-sindical com objectivos mais amplos que a representação de interesses socioprofissionais, impulsionada por um grupo influenciado pela participação na Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos (FMTC), à qual a OTC vai aderir em 1981.

“ (...) gerando grandes reuniões ou assembleias surgiram em 74/75 essas eram... tinham a participação de investigadores, técnicos, e também docentes universitários, portanto eram todos esses sectores e depois aí houve algumas.... Discussão que... alguns afastaram-se nessa altura porque eram digamos eram favoráveis a um sindicato assim a colaborar com a associação, não é? mas depois pronto a maioria aceitou a associação.”
(Entrevista ao Presidente da OTC)

Esta organização tem a peculiaridade de combinar duas linhas de actuação, a de uma associação de defesa de interesses profissionais, que federa vários sindicatos de investigadores e de docentes do ensino superior, e a de uma associação de intervenção cívica da comunidade científica. A nível profissional a FMTC tem nas suas linhas orientadoras a defesa não só dos interesses dos investigadores e docentes universitários, mas também dos restantes profissionais que intervêm na criação de ciência,

nomeadamente os profissionais técnicos, muitas vezes especializados, que trabalham na construção e manutenção de equipamento científicos. A vertente cívica da FMTC tem origem no pós-2ª Guerra, associada à mobilização da comunidade científica contra a proliferação de armas nucleares, portanto para promover o uso pacífico do conhecimento científico, que se expandiu mais tarde a outros assuntos de natureza científica, como o ambientalismo.

A fundação da OTC é marcada pela existência de duas carreiras ligadas à investigação no sistema científico e tecnológico nacional, a de docente do ensino superior e a de investigador científico. Os investigadores, em número bastante mais reduzido que os docentes do ensino superior, encontraram mais dificuldade em ver os seus interesses representados pelos sindicatos de professores que emergiram após o 25 de Abril.

“não quer dizer que ignoremos problemas como este da carreira que pode dizer-se que são, senão do âmbito sindical pelo menos tem uma componente importante nessa área não é? só que os nossos Sindicatos, os Sindicatos que existem por exemplo o Sindicato da Função Pública são não sei quantos mas são umas dezenas de milhares, os sócios, e dessas dezenas de milhares se calhar há para aí 1% que são investigadores e portanto quer dizer que eles têm muito com que se preocupar e não estão sensibilizados e as Direcções nomeadamente para as questões que têm a ver com a Ciência e com Cientistas portanto é também essa a razão, o facto dos Sindicatos não....a própria FENPROF tem feito muito pouco, tem feito mais o SNESup “ (Entrevista ao Presidente da OTC)

Ainda durante o período do Estado Novo surge em Portugal um conjunto instituições de investigação, os Laboratórios de Estado, com o objectivo de promover a investigação aplicada nas suas respectivas áreas de actividade disciplinar, que vão crescer paralelamente às universidades enquanto parte do sistema científico e tecnológico nacional. Tais instituições são criadas de forma dispersa até 1974, ao sabor da emergência de novas necessidades científicas e técnicas por parte do Estado. (Ruivo, 1998)São

exemplos, entre outros, a Estação Agronómica Nacional (actualmente integrado no Instituto Nacional de Recursos Biológicos), formada em 1936⁷, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em 1946⁸, e o Laboratório de Física e Engenharia Nucleares (actualmente Instituto Tecnológico Nuclear), em 1956. A instituição destes laboratórios vai criar em Portugal as condições para a constituição de um grupo de profissionais que se dedicam em exclusividade a actividades de investigação. Estes profissionais não se circunscrevem a investigadores. Com efeito, as actividades de I&D no sector do Estado diferenciam-se também da organização da investigação nas universidades por uma proporção significativamente maior de pessoal não investigador em actividade. O regime democrático instalado pelo 25 de Abril vai herdar do Estado Novo esta divisão entre as universidades, instituições que dedicam simultaneamente a actividades de investigação e ensino superior, e os laboratórios de estado, que se dedicam exclusivamente à investigação.

Com o 25 de Abril de 74 os diversos grupos profissionais apressam-se a constituir formas de reivindicação dos seus direitos. Os professores não são excepção. Ainda no final desse ano os elementos do Grupo de Estudo, uma organização de representação dos professores formada durante a abertura do regime no seu período final, inicia as primeiras negociações com o Governo. A criação de um sindicato de professores dá-se em Maio do ano seguinte com a eleição de uma comissão instaladora, marcada por uma ideologia de unidade sindical pontuada pela ideia de um sindicato que represente todos os professores, sem divisões de natureza ideológica ou de grau de ensino, e pela liderança dos professores do ensino básico e secundário. Em 1980 o movimento sindical dos docentes acaba por sofrer uma rotura ideológica, com a consolidação de 2 movimentos sindicais, a Federação Nacional dos Professores (FENPROF), associada à Intersindical, e o Sindicato Independente dos Professores (SINDEP), associado ao movimento “Carta Aberta” (futura União Geral dos Trabalhadores). É desta divisão, nas estruturas sindicais que dela resultam, que se vai consolidar o movimento de representação socioprofissional

⁷ http://www.inrb.pt/fotos/editor2/inia/ean_1.pdf

⁸ Diário da República Série I DL 35957

dos professores portugueses, ficando os poucos milhares de docentes do ensino superior enquadrados nos mesmos movimentos sindicais que os docentes dos outros níveis de ensino em número muito maior.

Para perceber as evoluções a que a representação política, sindical e cívica dos profissionais da investigação sofrerá a partir daquela cisão sindical é necessário, antes, precisar o desenvolvimento do sistema de ensino superior português. Com efeito, o ensino superior vai conhecer uma expansão considerável entre o final dos anos 70 e 1990, com a criação de novas universidades em Lisboa, Algarve, Minho, Aveiro e Beira Interior, com um correspondente aumento do número de docentes do ensino superior em exercício, que triplica entre 1982 e 1990.⁹ Não será alheio a este efeito de volume o surgimento, entre docentes do ensino superior, da persuasão da necessidade da criação de uma forma de representação e reivindicação profissional e estatutária autónoma dos professores do ensino superior em relação aos seus congéneres de outros graus de ensino. Para aí justamente aponta o actual presidente do SNESup:

“O Sindicato Nacional do Ensino Superior a Associação Sindical de Docentes e Investigadores, nasce no final dos anos 80, em 89 concretamente (...)foi por altura os Docentes do Ensino Superior sentirem que havia uma lacuna no suporte, no apoio naquilo que eram as..... a defesa dos interesses dos Docentes a este nível, havia uns outros Sindicatos que davam apoio mas não havia nada, especificamente e exclusivamente dedicado ao Ensino Superior e então, um conjunto de colegas entendeu por bem assumir uma organização dessaficar mais direccionada para o Ensino Superior e a dar este apoio aos Docentes do Ensino Superior e aos Investigadores” (Entrevista ao Presidente do SNESup)

Mas o catalisador da criação do Sindicato Nacional do Ensino Superior acabará por ser a questão salarial, mobilizando os docentes do ensino superior para a eleição de uma

⁹ Fonte: GPEARI; PORDATA

comissão instaladora e a criação do sindicato em 1989¹⁰. Esta questão vai contribuir em muito para que a clivagem entre docentes do ensino superior e dos restantes níveis de ensino se torne mais saliente em termos políticos. Em 1987 é aprovada a indexação salarial das carreiras docentes de ensino superior às da magistratura.¹¹ Em 1989, é apresentado o novo código retributivo, que prevê uma redução dos salários dos docentes através da desindexação dos seus salários aos da magistratura. O tema do Novo Regime Contributivo será uma das questões centrais nos primeiros tempos de vida do sindicato, avultando nas primeiras edições do Boletim do sindicato, “SNESup Informação” e, também, como pode ser observado no programa da primeira direcção eleita, nas duas prioridades estipuladas para a defesa dos profissionais do ensino superior:

“1º Levar o Ministério da Educação a abrir negociações sobre remunerações, de maneira a superar os efeitos catastróficos da entrada em vigor do Sistema Retributivo da Função Pública.”¹²

Associações Internacionais de Jovens Investigadores

A existência de associações internacionais também deve ser aqui referida. A principal associação deste género é o European Council of Doctoral Candidates and Junior Researchers (EURODOC), criado em 2002, durante uma assembleia constituinte realizado na cidade de Girona, em Espanha, e que tem por objectivos:

¹⁰ Memória do SNESup – Os primeiros 15 anos
<http://www.snesup.pt/htmls/EEVVIpFAuZKvpzxCMi.shtml>

¹⁰ SNESup Programa Eleitoral Lista A 1990

¹¹ Memória do SNESup – Os primeiros 15 anos
<http://www.snesup.pt/htmls/EEVVIpFAuZKvpzxCMi.shtml>

¹² SNESup Programa Eleitoral Lista A 1990
http://www.snesup.pt/htmls/_dlds/programa_eleitoral_1990.pdf

- Representar os candidatos doutorais e jovens investigadores a um nível europeu, em matérias de educação, investigação e desenvolvimento profissional das carreiras
- Reforçar a qualidade dos programas doutorais e os padrões de investigação na europa
- Promover a circulação de informação sobre assuntos relacionados com os jovens investigadores; organizar eventos, participar em debates e assistir na elaboração d politica de investigação e ensino superior na europa
- Promover e estabelecer a cooperação entre as associações nacional que representam jovens investigadores nos vários países da europa.

O EURODOC congrega actualmente associações de jovens investigadores de 35 países europeus, incluindo quase todos os países que pertencem à União Europeia, em que a única excepção é a Irlanda. A movimentação dos jovens investigadores portugueses para a defesa dos seus interesses socioprofissionais não é de todo um caso isolado, que não só tem paralelos na maior parte dos países europeus, como tem a possibilidade de apoio de uma estrutura supranacional que opera a nível europeu.

Conclusão

Em síntese, a organização do trabalho em geral e do trabalho científico em particular sofreram grandes transformações ao longo dos últimos 30 anos. O factor mais significativo é o crescimento acelerado dos meios financeiros e de recursos humanos disponíveis, que cresceram não só através do crescimento do ensino superior, mas também através do reforço de outros processos de financiamento como o aumento do contingente de investigadores em programas de formação avançada, as novas formas de financiamento das instituições de I&D, e o aumento dos recursos disponíveis para a

organização de projectos de investigação. Mas além da expansão do sistema científico nacional que os indicadores dão a conhecer, há que ter em atenção que a organização das carreiras científicas tem também sofrido alterações, com o crescimento dos recursos humanos em ciência a mostrar-se muito dependente da incorporação pelo sistema científico nacional de jovens investigadores com vínculos de trabalho a prazo, que encontram dificuldade em aceder a lugares de carreira nas instituições. Estas transformações levam à criação de uma clivagem de no grupo profissional com potencial para assumir uma relevância política e levar à movimentação deste grupo de jovens investigadores para a defesa dos seus interesses socioprofissionais. Para além disso, a descrição do contexto de formação das associações fornece alguns factores que poderão ter favorecido a sua formação, como a existência de organizações já estabelecidas em contexto nacional ou internacional, a importância da ciência no discurso político e a própria dinâmica do associativismo científico em Portugal, cujo crescimento tem acompanhado o desenvolvimento da ciência portuguesa.

Capítulo 3

Introdução

Este capítulo procura num primeiro momento fazer uma breve reflexão acerca do processo de formação das duas associações de jovens cientistas abordadas neste trabalho, a Associação Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia (ANICT) e a Associação dos Bolseiros de Investigação Científica (ABIC). Procura-se fundamentalmente perceber quem foram os investigadores que estiveram na base da formação das duas associações e quem foram os investigadores que realmente foram mobilizados.

Formação da ABIC

A formação da ABIC vai seguir-se ao rápido crescimento da ciência ocorrido durante os anos 90, descrito no capítulo anterior. Este período vai assistir a um aumento muito significativo do número de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento concedidas pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. No crescimento do número de bolseiros tem também impacto o aumento de outros mecanismos de contratação de bolseiros, como o reforço do financiamento de projectos de investigação científica e do financiamento das instituições de I&D com a introdução do programa de financiamento plurianual e a criação dos Laboratórios Associados. É também neste período que se dá um passo importante na regulamentação do funcionamento das bolsas no sistema científico

nacional, em especial com a formalização, em 1999, do primeiro estatuto do bolseiro de investigação científica, em que se procuram associar alguns direitos laborais à actividade dos bolseiros de investigação científica.

“O papel decisivo que deste modo se reconhece à formação científica e, consequentemente, em última análise, à valorização das actividades de índole científica e tecnológica que têm lugar em Portugal não pode deixar de ter correspondência no estatuto aplicável aos próprios bolseiros. Importa que estes beneficiem de um estatuto condigno, capaz de assegurar um conjunto mínimo de condições para a prossecução eficaz e responsável dos trabalhos que justificam a concessão da bolsa, nomeadamente no que respeita ao tempo que a estes deve ser dedicado, ao enquadramento perante a segurança social ou aos mecanismos de salvaguarda dos direitos dos bolseiros.”¹³

O reconhecimento da condição de bolseiro e de alguns direitos que lhe assistem, por seu turno, rapidamente se constituiu como recurso político accionável por membros dessa “nova” categoria de “obreiros da ciência”. Logo em finais de 2001 foi constituída a Plataforma de Bolseiros de Investigação Científica, por iniciativa de um grupo de bolseiros da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, que vai elaborar um Caderno Reivindicativo no início do ano seguinte. A crítica ao Estatuto do Bolseiro de Investigação científica é um dos pontos centrais das críticas da PBIC à política científica nacional.

“O Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica (EBIC) (Decreto-lei 123/99 de 20 de Abril) tendo dado respostas pontuais, claramente insuficientes, a alguns dos problemas sentidos pelos bolseiros, vem no fundo abrir caminho à institucionalização de uma nova forma de trabalho precário, consubstanciada na existência de uma enorme massa de jovens trabalhadores - que constitui, já hoje, parte significativa da força de trabalho disponível no sistema nacional de C&T - aos quais não são reconhecidos direitos e regalias sociais fundamentais.”¹⁴

¹³ Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica – Diário da República I Série nº 92 Decreto-Lei nº 123/99

¹⁴ PBIC - A Situação dos Bolseiros de Investigação Científica em Portugal - Caderno Reivindicativo

“O documento que regula esta actividade é o estatuto do bolseiro de investigação científica (EBIC), que se revela particularmente ambíguo e omissivo relativamente aos direitos e deveres dos bolseiros, e ao desempenho normal da sua actividade.”¹⁵

Durante o ano de 2002, a plataforma promove reuniões de bolseiros em várias instituições de ensino superior e de investigação da zona de Lisboa, onde é apresentado o caderno reivindicativo, que encontra reacções positivas por parte dos bolseiros. Essas reuniões vão culminar num encontro nacional de bolseiros em Fevereiro de 2003 no qual é aprovada a moção orientadora da Associação dos Bolseiros de Investigação Científica. Nesta reafirma-se “a validade e a actualidade do documento “A situação dos bolseiros de investigação científica em Portugal – Caderno Reivindicativo”, bem como a premência da concretização das medidas nele propostas como condição indispensável à dignificação da condição de bolseiro.”¹⁶

Este documento defende a reformulação do Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica, propondo como prioritárias as seguintes acções: a equiparação dos bolseiros aos restantes trabalhadores da função pública em matéria de acesso à segurança social, subsídios de desemprego, direito a férias e actualização salarial; contagem do tempo de bolsa para efeitos de reforma e concursos públicos; e a fiscalização das instituições por parte das entidades competentes no sentido de garantir a não utilização de bolseiros para assegurar funções de carácter permanente sem que sejam integrados em lugares de quadros das respectivas instituições.

¹⁵ PBIC - A Situação dos Bolseiros de Investigação Científica em Portugal - Caderno Reivindicativo

¹⁶ Moção Constituição da ABIC <http://www.bolseiros.org/pdfs/mocao.pdf>

Formação da ANICT

Uma das medidas traçadas para atingir os objectivos em termos de recursos humanos definidos no programa Compromisso com a Ciência consistiu na abertura de concursos que deram às instituições de investigação científica contratação possibilidade de contratar novos investigadores, tendo como objectivo o “reforço de massas críticas ou a criação de novas equipas, assim como a mobilidade dos investigadores.”¹⁷ . Os custos associados a estas contratações seriam suportados por verbas da Fundação para a Ciência e Tecnologia, complementados por uma percentagem variável de contribuição por parte das instituições de acolhimento.¹⁸ São abertos dois concursos, que levam à contratação em 2007 e 2008 de 1185 investigadores, que são enquadrados como equivalentes a Investigadores Auxiliares do Estatuto de Carreira de Investigação Científica, com vínculos laborais não superiores a 5 anos.¹⁹

A Associação Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia vai nascer como forma de representação destes investigadores, que se encontram numa situação socioprofissional distinta da dos restantes investigadores, integrados nos quadros das universidades.

O processo que vai dar origem à ANICT inicia-se na Universidade do Minho, em Março de 2009, em que um grupo de investigadores auxiliares contratados no âmbito do Programa Compromisso com a Ciência se reúne para formar a Rede de Investigadores Auxiliares da Universidade do Minho, que tinha como objectivos principais:

- Estabelecer contactos entre os investigadores auxiliares da Universidade do Minho e destes com os restantes a nível nacional
- Promover a integração dos investigadores auxiliares nos órgãos de decisão das instituições

¹⁷ MCTES Um Compromisso com a ciência para o futuro de Portugal

¹⁸ <http://www.fct.mctes.pt/pt/apoios/contratacao/?faq=true>

¹⁹ Regulamento Contratação de doutorados Ciência 2007

<http://www.fct.pt/apoios/contratacaodoutorados/regulamento2007.phtml>; Regulamento Contratação de doutorados Ciência 2008 <http://www.fct.pt/apoios/contratacaodoutorados/regulamento.phtml>

- Discutir e monitorizar as perspectivas de carreira dos investigadores da Universidade do Minho e a nível nacional

Em Maio desse mesmo ano, este grupo organizou um reunião nacional dos investigadores do Programa Compromisso com a Ciência, com a participação de membros da comissão parlamentar de ciência e educação, em que cerca de 100 investigadores de todo o país se juntam para discutir a sua situação profissional.

Uma outra iniciativa importante do grupo fundador da ANICT foi a realização de um inquérito às condições de trabalho destes investigadores. Esse inquérito permite, desde logo, apurar as dificuldades de integração destes investigadores nas suas instituições, que, constata-se, não estão preparadas para os receber: amiúde escasseiam as condições mínimas de trabalho – faltam gabinetes, espaço em laboratórios, materiais, reagentes, etc. Outro aspecto que se destaca é a incerteza destes investigadores quanto ao seu futuro profissional. Embora 81% dos inquiridos pela ANICT mostrem o desejo de permanecer na instituição onde se encontram a fazer investigação, 65% afirmam desconhecer em absoluto o futuro da sua situação profissional após o fim do contrato de 5 anos.

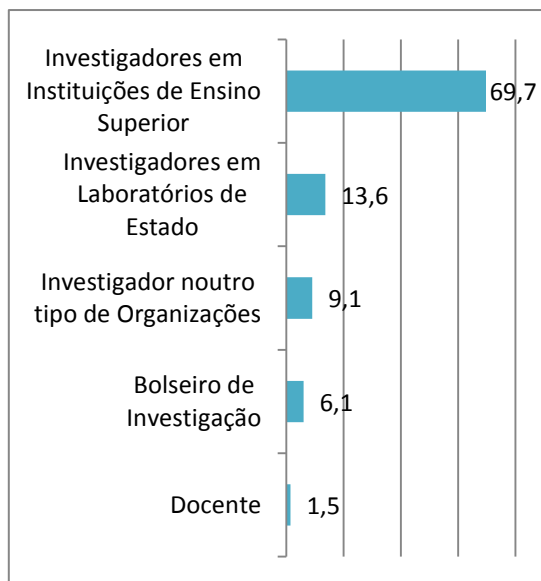
“(...) os investigadores viram-se um bocadinho numa situação mal definida, em muitos casos. Porque muitas das Instituições ainda os viam como Bolseiros, no fundo, agora que passaram a ter um, ter um contrato, depois havia uma heterogeneidade muito grande entre os próprios investigadores. (...) Isto tudo para dizer que as pessoas muitas vezes sentiam-se, algumas pessoas sentiam-se um bocadinho perdidas” (Entrevista ao Presidente da ANICT)

Em larga escala vai ser precisamente este sentimento de incerteza profissional, que coroa frequentemente em angústia e frustração, que vai levar este grupo a formar a Associação Nacional dos Investigadores em Ciência e Tecnologia em Janeiro de 2010.

Caracterização dos associados

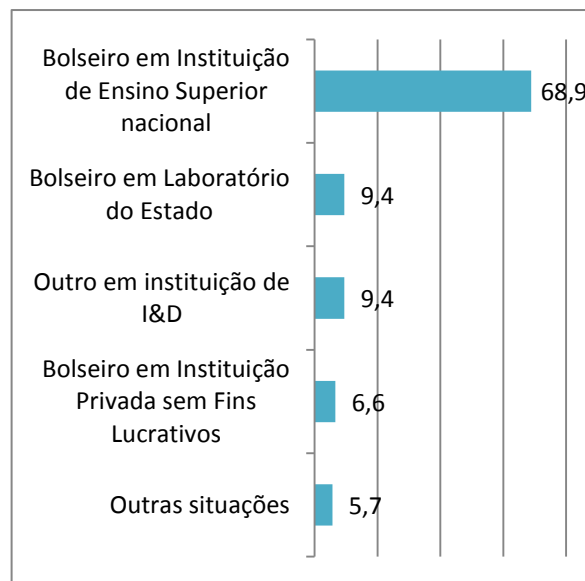
Ambas as associações são principalmente constituídas por investigadores que têm as instituições de ensino superior como espaço de actividade profissional, onde os recursos humanos em investigação mais têm crescido nos últimos 20 anos (Figura 4 e 5). A política nacional de ciência e tecnologia contribuiu para consolidar o papel central das universidades na produção científica, que ao longo dos últimos 20 anos se tem mantido como o sector com mais impacto no crescimento dos recursos humanos em ciência²⁰. A contratação de doutorados do Programa Compromisso com a Ciência²¹ e os sucessivos programas de reforço da formação avançada têm favorecido principalmente a expansão dos centros de investigação integrados nas

Figura 7 - ANICT Associados por tipo de vínculo e instituição de acolhimento



N = 66, Fonte: Inquérito aos associados ANICT

Figura 8- ABIC Associados por tipo de vínculo e instituição de acolhimento



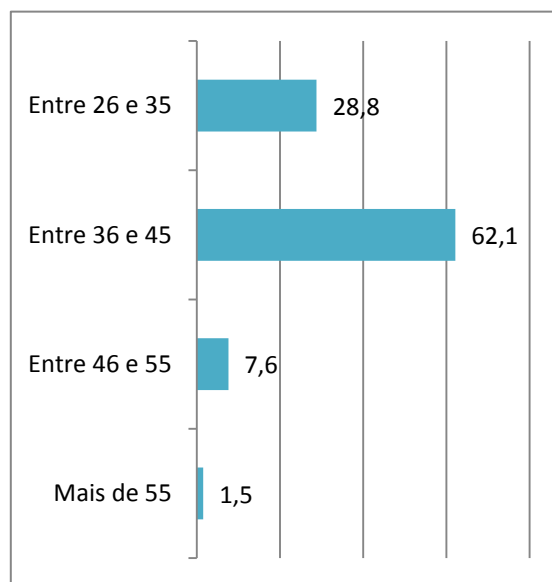
N = 106, Fonte: Inquérito aos associados ABIC

²⁰ PORDATA GPEARI

²¹ <http://www.fct.pt/apoios/contratacaodoutorados/seleccaoinstituicoes>

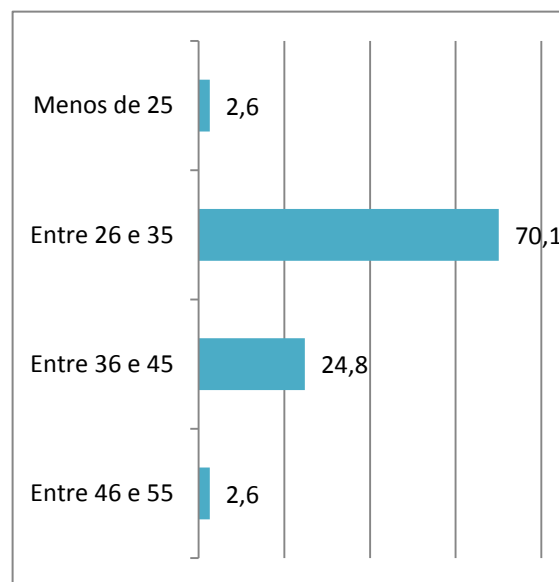
Instituições de ensino superior. Este predomínio da universidade vem portanto a reflectir-se na constituição destas associações. Como seria de esperar, os associados das duas associações correspondem *grosso modo* aos grupos em que cada uma das associações radica: os bolseiros no caso da ABIC e os investigadores com contrato de trabalho no caso da ANICT. É interessante verificar que as associações se centram muito nos grupos profissionais que lhes deram origem, em particular no caso da ANICT, que assume como uma associação de representação de todos os investigadores não-docentes doutorados, incluindo os bolseiros de pós-doutoramento. Apesar desta associações prever no seu regulamento interno o enquadramento dos bolseiros de pós-doutoramento enquanto potenciais associados, estes encontram-se muito pouco representados entre os membros inquiridos.

Figura 9 - ANICT Associados por escalão etário



N = 66, Fonte: Inquérito aos associados da ANICT

Figura 10 - ABIC Associados por escalão etário

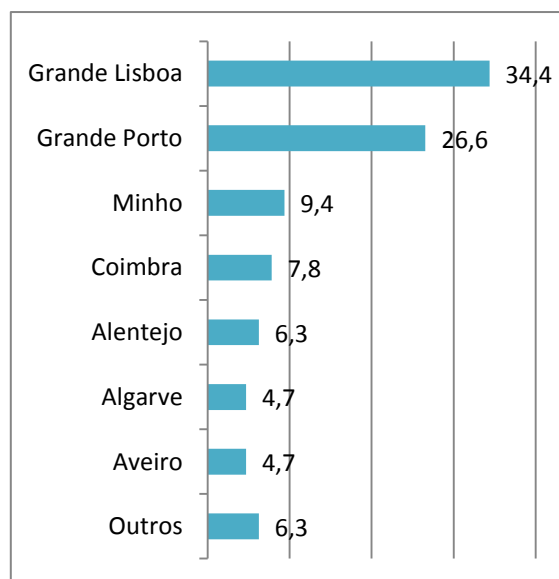


N = 117, Fonte: Inquérito aos associados da ABIC

Ambas as associações mostram um perfil etário bastante compacto, reforçando a ideia de que representam investigadores em etapas diferentes da carreira. A maioria dos associados da ABIC inquiridos tem uma idade entre os 26 e os 35 anos, que corresponde sensivelmente ao período que se segue à conclusão de um mestrado, e portanto ao

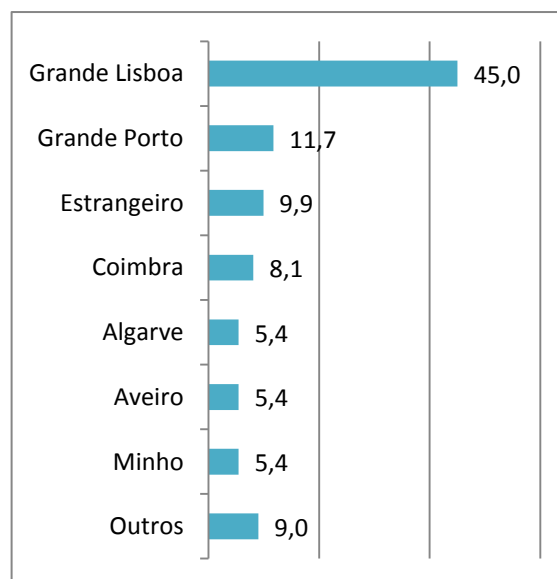
período na carreira de um investigador em que este seguiria para programas de formação avançada através de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento. O perfil etário dos associados da ANICT mostra, por sua vez, um grupo de investigadores aproximadamente 10 anos mais velho, e portanto numa fase posterior de uma carreira de investigação. O perfil dos sócios fundadores da ANICT mostra que estes se encontravam a realizar o seu trabalho de investigação no âmbito de bolsas de pós-doutoramento ou de posições de investigador contratado, em Portugal ou no estrangeiro, no período anterior à sua integração nas instituições portuguesas através dos contratos Ciência 2007 e 2008.²²

Figura 11 - ANICT Associados por zona de residência



N = 64, Inquérito aos associados da ANICT

Figura 12 - ABIC Associados por zona de residência



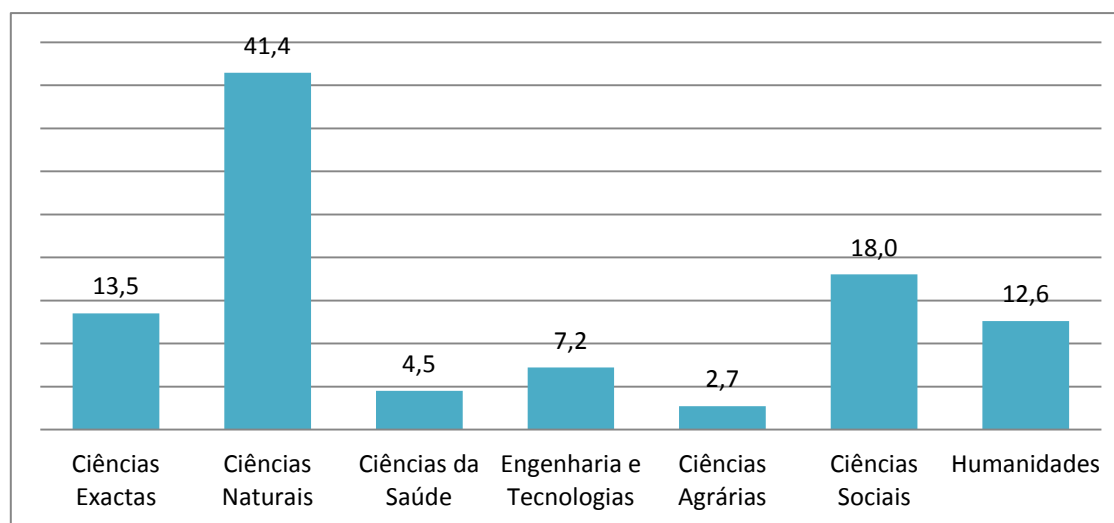
N = 111, Inquérito aos associados da ABIC

A distribuição dos associados inquiridos por região de residência reflecte em larga medida a centralidade de algumas destas áreas na produção científica nacional. A região de Lisboa e Vale do Tejo, que é sem dúvida o grande centro de produção científica

²² Livrete ANICT Symposium 2010

nacional, que concentra 3 das principais universidades do país, tem recebido ao longo dos últimos 15 anos entre 40% e 50% do financiamento para instituições, projectos de I&D, e da atribuição de bolsas. A região Norte, por sua vez, surge em 2º lugar na distribuição dos recursos de I&D pela FCT, apresentando valores para estes indicadores que rondam metade do respectivo valor para Lisboa, apesar de uma leve tendência de convergência entre os valores para duas regiões.²³ Os associados residentes na Grande Lisboa e no Grande Porto, que concentram grande parte dos recursos humanos em investigação, representam mais de metade do total em ambas associações. As associações parecem também manter um perfil geográfico marcado pela sua origem. Na ABIC, originada em Lisboa, os associados residentes em Lisboa têm uma prevalência muito significativa no total de associados inquiridos. A ANICT, originada no Minho, tem um perfil regional em que o Norte do país tem um peso um pouco maior, com destaque para os associados com residência na região do Minho e do Grande Porto.

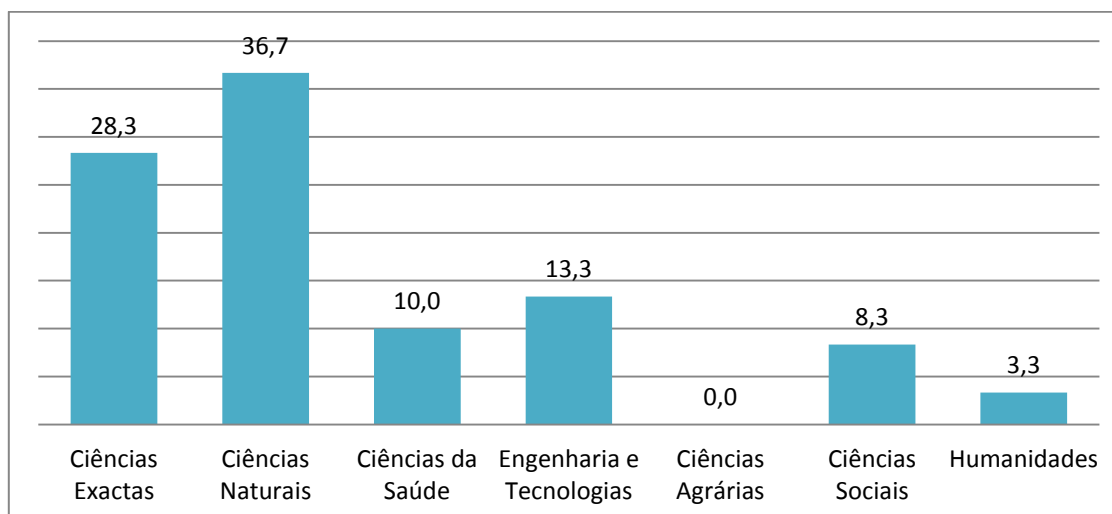
Figura 13 - ANICT Associados por área disciplinar de formação



N = 60, Fonte = Inquérito aos associados da ANICT

²³ <http://www.fct.pt/estatisticas/index.phtml.pt>

Figura 14 - ABIC Associados por área disciplinar de formação



N = 111, Fonte: Inquérito aos associados da ABIC

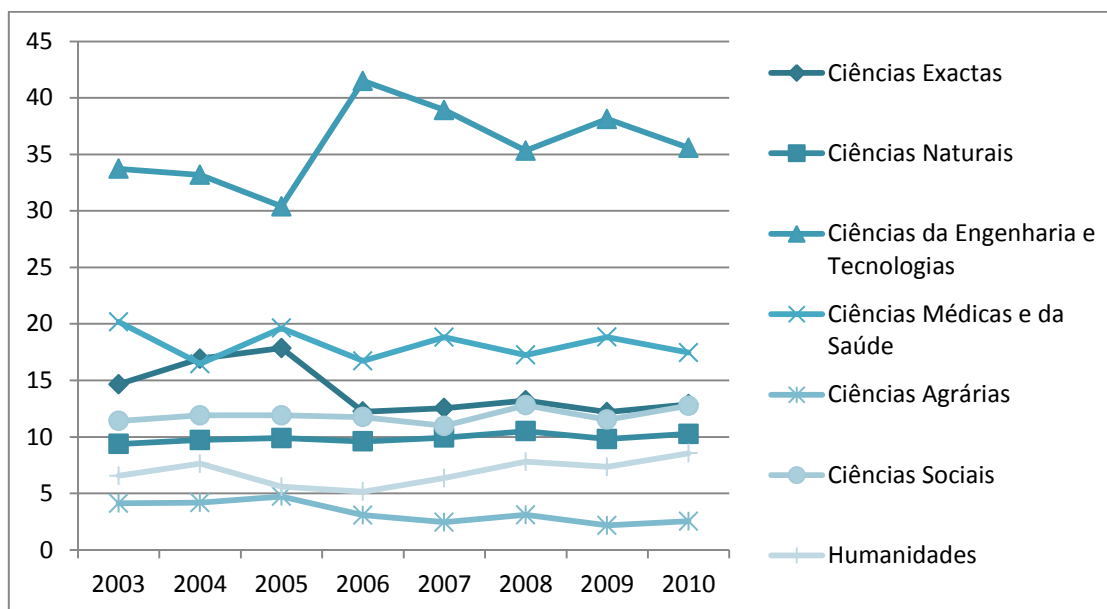
A distribuição da área disciplinar de formação dos associados inquiridos (Figura 10 e 11) dá-nos a entender que a mobilização para estas associações tem um carácter disciplinar. A área das ciências naturais é de longe dominante entre os associados da ABIC inquiridos neste trabalho, e existem poucos associados formados nas áreas de engenharia e tecnologias e ciências da saúde. O perfil disciplinar dos associados da ANICT, ainda que com características diferentes, mantém predomínio das ciências naturais, mas de forma mais reduzida. Na ANICT as ciências exactas têm uma posição um pouco mais destacada, enquanto as humanidades e as ciências sociais estão menos representadas.

Esta distribuição disciplinar, com concentração nas ciências naturais revela-se curiosa quando confrontada com a literatura sobre as *unions* de jovens investigadores na América do Norte. Também nesse contexto, a mobilização dos jovens investigadores revela uma questão disciplinar, mas em moldes diferentes dos encontrados nestes trabalhos. Em particular, é sobretudo entre os jovens investigadores das áreas das humanidades e ciências sociais que se encontram os líderes e a maior mobilização para este movimento. As razões apontadas a este fenómeno prendem-se: a) às maiores dificuldades por parte dos alunos das ciências sociais e humanidades em encontrarem emprego fora da academia; b) aos obstáculos de maior monta que os investigadores seniores de ciências sociais e humanidades, por comparação com os seus congéneres de

áreas mais “instrumentais” (com maior integração tecnológica e expectativa de retorno económico), enfrentam ao tentarem obter financiamento para investigação, barreira que ameaça a continuidade do trabalho de investigação após a conclusão do doutoramento (Ehrenberg, Klaff, Kezsbom, & Nagowski, 2002); c) aos valores das bolsas para investigação que são mais baixos quando comparados com os das outras áreas científicas (Lafer, 2003); e d) ao maior número de bolseiros e jovens investigadores em actividades de ensino, suplementarmente penalizados por superiores cargas horárias. (Singh et al., 2006)

Estas regularidades não se registam no caso português, o que contribui para que as diferenças de mobilização clivadas pelas disciplinas científicas se afastem das elencadas na literatura que retrata o caso norte-americano. Em primeiro lugar, o I&D privado, embora tenha mostrado um crescimento importante em Portugal continua a ser incipiente e a não criar uma alternativa viável em termos de emprego para investigadores doutorados. Em grande medida, o financiamento público continua a ser o principal promotor do emprego científico em Portugal. Este aspecto acaba por marcar de forma significativa o emprego científico em Portugal. O facto de o financiamento se encontrar centralizado, principalmente em torno da FCT, que constitui o principal executor da política científica do estado português, contribui para a dissolução de muitas das diferenças que ocorrem em contexto norte-americano. As bolsas de investigação e os salários dos investigadores são estipulados a nível nacional pelo Ministério da Ciência e Ensino Superior e pela FCT, assim como o conjunto de deveres e direitos de cada uma das categorias de investigadores, através dos três Estatutos que regulam a sua actividade profissional: o Estatuto da Carreira Docente Universitária, o Estatuto da Carreira de Investigação Científica e o Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica.

Figura 15 – Evolução do financiamento às unidades de I&D e laboratórios associados por área científica

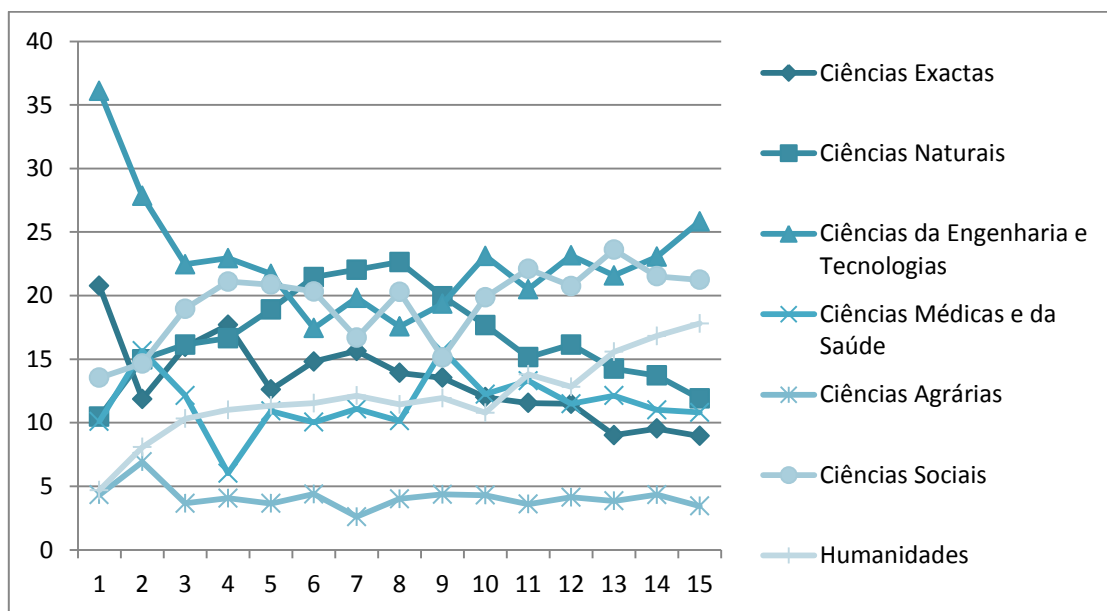


Fonte: FCT – Conselho Directivo

A importância do financiamento público na investigação portuguesa contribui também para um nivelamento disciplinar do financiamento da ciência. A evolução do financiamento governamental tem sido marcada por uma variação pouco significativa a nível disciplinar. (Figura 12) Apesar de os valores de financiamento das instituições de I&D para as ciências sociais e humanidades se encontrarem entre os mais baixos, o crescimento do investimento em ciência que quintuplicou o financiamento das instituições, fez-se mantendo no geral a mesma distribuição pelas diferentes disciplinas científicas.

Assim, tendo em conta os dados disponíveis para o contexto nacional, não parecem haver razões para uma mobilização nos mesmos moldes que aquela que tem acontecido na América do Norte, sobretudo baseada num diferencial de recursos, em termos científicos e laborais, dos jovens investigadores de diferentes áreas disciplinares.

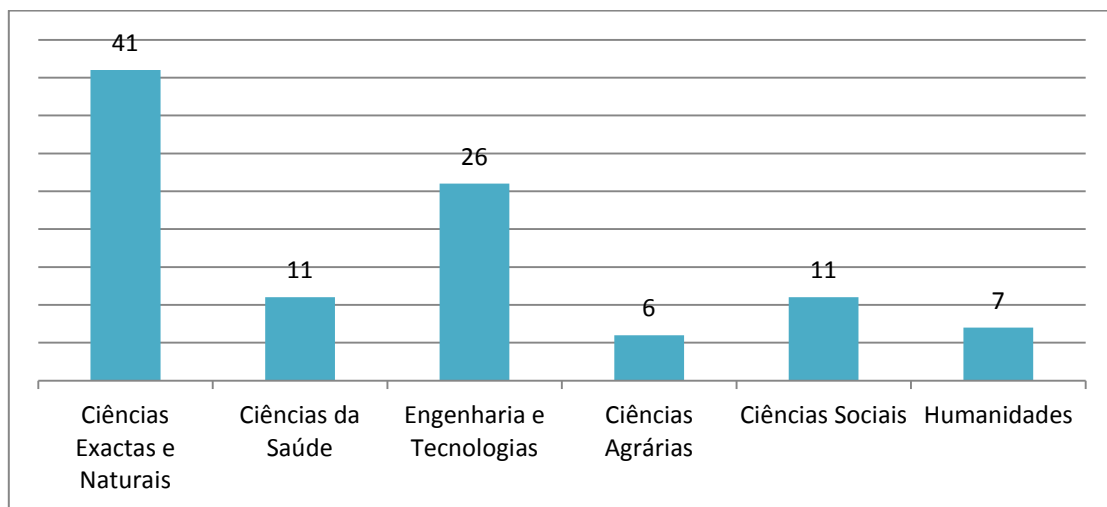
Figura 16 - Evolução da proporção de bolsas de formação avançada atribuídas por área disciplinar



Fonte:

FCT – Departamento de formação de recursos humanos em C&T

Figura 17 - Investigadores contratados no âmbito do Programa Ciência por área disciplinar



Fonte:

FCT, 2009, Mais cientistas para Portugal, Lisboa: FCT

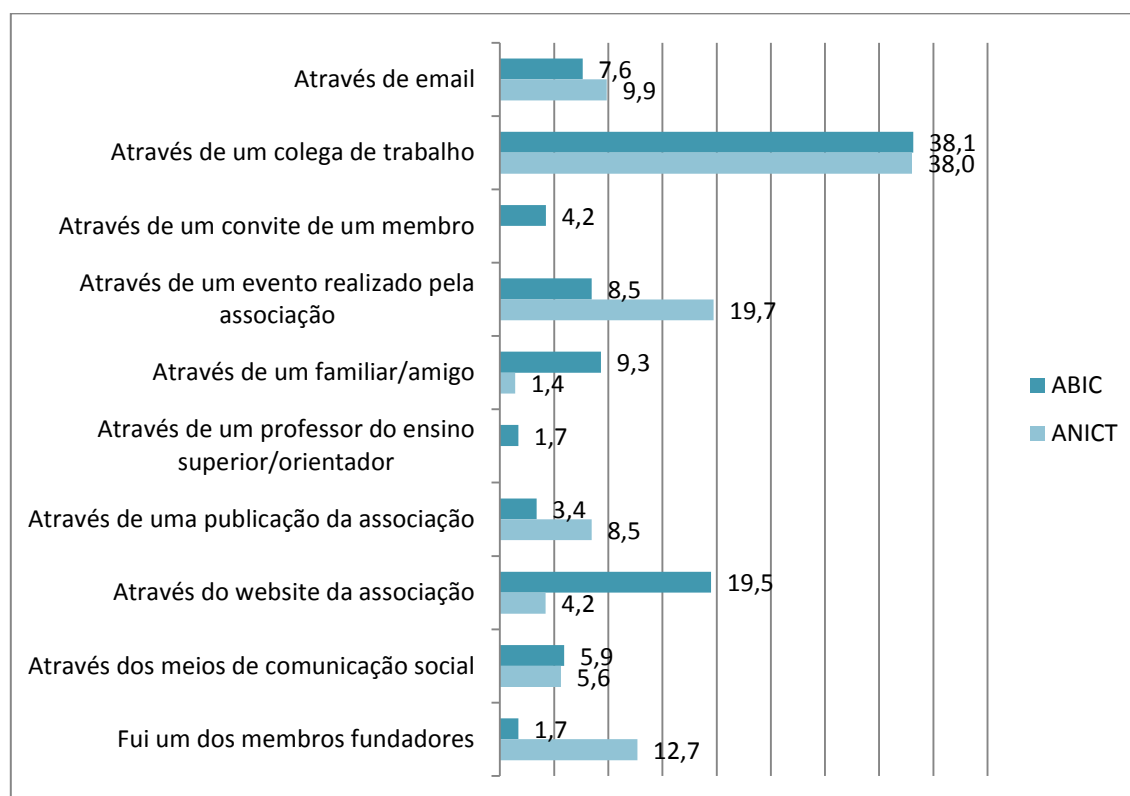
Dado que as associações são compostas sobretudo por segmentos profissionais específicos da comunidade científica portuguesa, uma explicação possível para a distribuição disciplinar dos associados seria a própria composição destes grupos. Como

podemos verificar pela evolução da distribuição de bolsas de doutoramento por área disciplinar, as ciências naturais encontram-se claramente sobrerrepresentadas entre os associados da ABIC, enquanto outras áreas como as ciências da engenharia e tecnologias ou as ciências da saúde, que constituem uma importante proporção do número de bolsas atribuídas anualmente, não ponderam significativamente na composição disciplinar da associação. No caso da ANICT, a distribuição disciplinar dos associados mostra-se bastante mais próxima do grupo profissional que esteve na sua génese, os investigadores contratados em 2007 e 2008 no âmbito do programa compromisso com a ciência. Contudo, a combinação dos investigadores das disciplinas das ciências exactas e das ciências naturais encontra-se representada numa proporção superior ao seu peso entre o total dos contratados do Programa Ciência – 65% contra 41% -, enquanto outras áreas disciplinares, especialmente as ciências da engenharia e tecnologias, apresentam uma proporção mais reduzida.

A literatura fornece outras explicações possíveis para a concentração disciplinar dos associados destas associações. Uma delas seria a existência de diferenças na organização e hierarquização interna das diferentes áreas disciplinares com consequências para uma maior deterioração das condições de trabalho em determinadas disciplinas científicas. Lefevre (Lefevre, 2005) aponta, por exemplo, a maior estratificação, ou seja, o aumento das desigualdades entre investigadores juniores e seniores, desenvolvida nas ciências de laboratório, decorrente da maior dependência do trabalho do acesso a aparelhagem científica de custos elevados. Num trabalho dos anos 70, Nixon (Nixon, 1975) encontra diferentes níveis de aceitação ideológica como factor para a mobilização de jovens professores para as *unions* americanas. Entre as disciplinas técnicas (ciências exactas, naturais e engenharias) a identificação ideológica com as associações profissionais revelou-se mais fraca e menos frequente, conduzindo a uma menor adesão por parte dos jovens profissionais destas disciplinas a estas organizações, enquanto, por outro lado, entre as disciplinas menos técnicas (ciências sociais e humanidades), a maior identificação ideológica com as associações profissionais traduziu-se numa maior aderência dos jovens investigadores a este tipo de organizações. Nenhuma destas

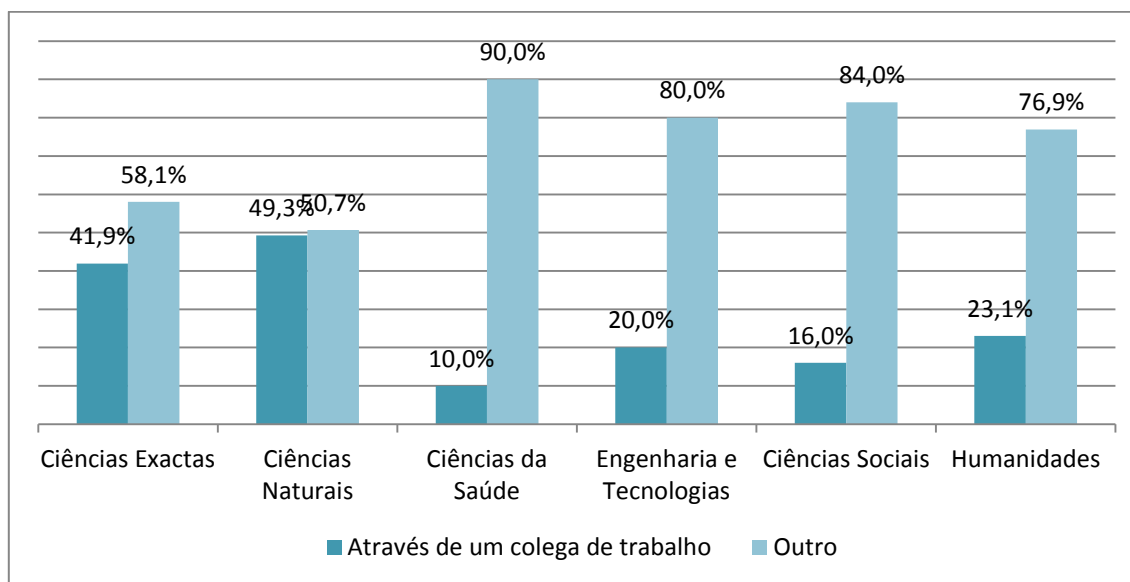
hipóteses parece fornecer uma explicação suficiente, já que ambas assentam numa oposição entre as ciências “duras” e as ciências “moles”, que no caso português não tem um carácter muito vincado na mobilização para ambas as associações.

Figura 18 - Como tomou conhecimento da associação?



Fonte: Inquérito aos associados da ABIC e ANICT

Figura 19 - Conhecimento da associação por área disciplinar (ABIC+ANICT)



Fonte: Inquérito aos associados da ABIC e da ANICT

Um outro factor referido com frequência como promotor de mobilização são as redes de contactos pessoais dos próprios indivíduos, que funcionam não só como canais de fluxo de informação, mas também como relações de influência que estimulam a adesão e a continuidade de participação dos indivíduos. (Porta & Diani 2006; H. Kim & Bearman 2011) Como se pode verificar (figura 15), os contactos profissionais foram o principal canal de transmissão da existência de ambas as associações aos seus futuros membros, demarcando bem a influência das relações interpessoais na adesão. Este aspecto torna-se mais interessante quando temos em conta que a mediação interpessoal aconteceu sobretudo entre os indivíduos das áreas das ciências exactas e das ciências naturais. Assim, é bem possível que a mobilização para estas associações tenha na sua génese um processo de configuração interpessoal, assente em redes de interconhecimento de raiz disciplinar. Ter-se-á depois disseminado através de contactos profissionais ainda delimitados pela identidade disciplinar; só numa fase posterior ter-se-á aberto a outras áreas disciplinares através de dispositivos como a organização de reuniões nas instituições de I&D ou as tecnologias de informação (email e website).

Conclusão

A caracterização dos associados da ABIC e da ANICT reforça a ideia de que as associações são permeadas por clivagens e subdivisões profissionais dentro da comunidade científica, com vínculos distintos, e em etapas diferentes da carreira científica. A ABIC é, como seria de esperar, principalmente constituída por bolseiros, com um perfil etário em que é maioritário o escalão entre os 26-35 anos. A ANICT, por seu turno, é constituída principalmente por jovens investigadores doutorados. A constituição das associações não deixa de reflectir algumas características do sistema científico e tecnológico nacional, em particular a concentração do crescimento recente dos recursos humanos em I&D nas universidades e a concentração da produção científica nas duas maiores áreas metropolitanas do país, a Grande Lisboa e o Grande Porto.

Mais interessante é verificar que, tal como descrito na literatura sobre o contexto norte-americano, existe uma certa concentração dos associados em torno de certas disciplinas científicas, mas que neste caso são as das ciências naturais e não as das ciências sociais e humanidades que preponderam. Entre os factores que podemos considerar para estas diferenças estão a dependência do trabalho científico do financiamento público, que tende a nivelar as diferenças de oportunidades de emprego e de remuneração entre os jovens investigadores das diferentes áreas científicas, e o impacto dos contactos profissionais na disseminação das associações que contribui para um maior recrutamento de associados dentro das disciplinas onde as associações tiveram origem.

Capítulo 4

Enquanto organizações de representação profissional, estas associações são polarizadas por questões de política científica, em especial aquelas que dizem respeito às carreiras científicas. Assim sendo, um trabalho desta natureza não poderia passar sem uma análise dos assuntos em que estas associações se procuram envolver, seja na organização da política científica nacional ou na fiscalização da sua boa aplicação. Este capítulo procura dar resposta a esta dimensão essencial da vida destas associações. Serão tidos em conta os objectivos definidos pelas associações nos seus estatutos, que representam de certa forma uma inscrição oficial da linha de orientação das associações. Os objectivos programáticos constituem, assim, um bom ponto de partida para análise das actividades das associações. Em adição aos estatutos este capítulo irá recorrer a entrevistas aos dirigentes das associações e à análise da documentação produzida no desenvolvimento das suas actividades, como publicações e *newsletters*, manifestos, propostas e pareceres sobre questões de política científica.

Ação política da Associação dos Bolseiros de Investigação Científica

A Associação dos Bolseiros de Investigação Científica assume estatutariamente a representação e a defesa dos interesses socioprofissionais dos bolseiros de investigação,

em conjunto com outros objectivos mais amplos de participar na politica científica nacional e no estimulo da actividade scientifica nacional

- 1) Representar os bolseiros de investigação científica e defender os seus interesses;
- 2) Participar em todas as questões do interesse dos seus membros e designadamente na elaboração da política científica nacional;
- 3) Defender e estimular, na medida das suas possibilidades, a actividade científica em Portugal.²⁴

No que toca à representação dos direitos dos bolseiros, a acção da ABIC vem tendo como base o reconhecimento destes enquanto trabalhadores de pleno direito aos quais devem ser concedidos todos os direitos associados a um vínculo laboral.

Entendemos que um investigador, em qualquer fase da sua carreira, produz trabalho (científico). Logo, deve ser considerado um trabalhador. Deste modo, um investigador profissional, mesmo quando se encontra em início de carreira, deverá ter a sua actividade formalizada num contrato de trabalho. Mesmo um investigador a desenvolver actividades conducentes à obtenção de um grau académico fá-lo através do seu trabalho, não deixando assim de ser um trabalhador.²⁵

A ABIC rejeita assim no seu discurso a ideia de que os bolseiros são apenas estudantes; são outrossim profissionais que durante um processo de obtenção de um grau académico, que constitui o primeiro passo na sua carreira, produzem efectivamente conhecimento científico, e em consequência trabalho que nem quanto às regras a que submete nem quanto à exigência que o envolve se distingue daquele que é realizado pelos outros profissionais (reconhecidos) da prática académica e científica. Como já foi referido

²⁴ Estatuto da ABIC <http://www.bolseiros.org/pdfs/estatutos.pdf>

²⁵ ABIC – Proposta de alteração ao estatuto do bolseiro de investigação científica <http://www.bolseiros.org/pdfs/PAEBI.pdf>

num capítulo anterior, o impulso para a formação da ABIC, iniciou-se dois anos depois da primeira concretização sob a forma de Decreto-Lei do Estatuto do Bolseiro de Investigação Científica (EBIC) em 1999. A recém-formada ABIC, prepara em 2003 um conjunto de recomendações nas quais são centrais as propostas de alteração ao EBIC, incluindo o acesso dos bolseiros ao regime geral de segurança social; a reivindicação do direito a todos os subsídios e licenças estabelecidos para os trabalhadores da função pública e o reconhecimento do direito a férias.²⁶ A primeira revisão do EBIC surge no ano seguinte (2004), não correspondendo às expectativas da ABIC, especialmente em matéria de enquadramento dos bolseiros na segurança social e do espectro demasiado aberto de actividades passíveis de serem recobertas por contratos de bolsa.

“Não obstante a introdução de algumas alterações positivas ao anterior Estatuto (Dec-Lei 123/99), no seu conjunto, estas alterações revelam-se muito insuficientes, ficando aquém do que seria necessário para uma efectiva dignificação da condição de bolseiro de investigação científica. (...)”

Por outro lado, o alargamento indiscriminado do tipo de actividades passíveis de justificar a concessão de bolsas e a eliminação dos períodos máximos de duração das mesmas, indiciam a continuação de um desvirtuamento da figura do bolseiro, crescentemente encarado como mão-de-obra qualificada barata, uma outra forma mais de emprego precário.”²⁷

A centralidade do EBIC na actividade reivindicativa da ABIC vai manter-se, desta vez com a criação de uma proposta de alteração ao EBIC em 2007, que mantém muitas das propostas que vinham de trás. Nessa ocasião é proposta uma reestruturação completa do Estatuto, favorecendo a atribuição aos bolseiros que não se encontram em actividades de formação de contratos de trabalho com características equivalentes aos dos profissionais do mesmo nível de formação e a criação da nova figura do “Investigador em

²⁶ ABIC – Moção <http://www.bolseiros.org/pdfs/mocao.pdf>

²⁷ ABIC - Manifesto: Por Uma Efectiva Política Nacional de Emprego Científico
http://www.bolseiros.org/peticao_1.html

Formação”, cujos direitos e deveres, incluindo o vínculo às instituições através de um contrato de trabalho, seriam regulados pelo (novo/a instituir) Estatuto do Investigador em Formação.²⁸ Este conjunto de propostas foi enviado ao Governo e à Assembleia da República dir-se-ia de balde. Com efeito, não deu origem a qualquer alteração ao estatuto vigente e muito menos à criação do novo estatuto previsto. Actualmente, a ABIC encontra-se a tentar reavivar o processo de revisão do EBIC, através de uma petição pública dirigida à Assembleia da República, requerendo uma revisão do Estatuto, que se encontra em fase de recolha de assinaturas. Esta petição mantém as principais reivindicações de revisão do EBIC – o acesso à segurança social para os bolseiros que se encontram em formação e o enquadramento laboral dos restantes bolseiros através de contratos de trabalho.

A ABIC tem procurado também intervir no desenvolvimento do emprego científico português, desde logo pela apresentação de propostas com ele relacionadas junto do governo, destacando-se a ênfase no desbloqueamento dos lugares de carreira nas universidades e centros de investigação e na incorporação nos quadros das instituições dos bolseiros que se encontram em actividades ligadas a necessidades permanentes das instituições. A este nível a ABIC tem procurado também opor-se às práticas de docência não remunerada que se difundiram recentemente em alguns estabelecimentos de ensino superior. Além dos contactos com os responsáveis pela direcção das instituições a ABIC organizou um conjunto de sessões de esclarecimento sobre este assunto nos principais centros de produção científica nacional, Lisboa, Porto e Coimbra. Mas, como veremos seguidamente, o “programa de emprego científico” da ABIC não se fica por aqui.

“O desperdício de recursos humanos e do “saber fazer” que decorre de um sistema de formação avançada sem correspondência com um adequado sistema de inserção profissional terá consequências particularmente penosas num país, como Portugal, reconhecidamente carente de quadros e de uma estratégia de desenvolvimento

²⁸ ABIC – Proposta de alteração ao estatuto do bolseiro de investigação científica
<http://www.bolseiros.org/pdfs/PAEBI.pdf>

harmonioso e sustentável, que promova a inovação, assente no investimento na ciência e na tecnologia como factor decisivo de progresso.

Na resolução deste problema, impõe-se a adopção de políticas pró-activas de promoção do emprego científico. Políticas que reforcem as oportunidades de emprego existentes e que apostem audaciosamente e decididamente na criação de novas oportunidades e mecanismos de atracção e inserção profissional de jovens qualificados nas mais diversas áreas do conhecimento e do saber.”²⁹

Na verdade, a visão do emprego científico da ABIC não se atém à empregabilidade nas instituições públicas de investigação científica, estendendo-se também ao sector privado. Embora a ABIC não tenha até hoje apresentado propostas significativas neste domínio, tem incluído sistematicamente nas suas tomadas de posição sobre o Sistema Científico e Tecnológico Nacional a constituição (incentivada pelo Estado através do regime fiscal especialmente favorável) de um tecido empresarial que possa incorporar investigadores doutorados.

Vem ao caso notar que a principal iniciativa da ABIC no que diz respeito ao emprego científico tem sido a organização bienal da Conferencia de Emprego Científico, que teve a sua primeira edição em 2004, e que tem contado com painéis de discussão sobre este tema, com a presença de representantes de algumas empresas de base científica fixadas em Portugal.³⁰ Com as últimas duas edições da conferência foi organizada paralelamente uma feira de emprego científico, com os objectivos complementares de promover oportunidades de recrutamento para as empresas³¹ e dar a conhecer novas oportunidades de carreira a jovens investigadores.³² Também no sentido de promover o emprego científico, a ABIC vê no empreendedorismo mais uma solução possível para o desenvolvimento das carreiras dos jovens cientistas.

²⁹ ABIC - Manifesto: Por Uma Efectiva Política Nacional de Emprego Científico
http://www.bolseiros.org/peticao_1.html

³⁰ Programa IV Conferência de Emprego Científico <http://conferencia2010.abic-online.org/programa-conferencia-de-emprego-cientifico>

³¹ Regulamento da 2ª feira de emprego científico http://conferencia2010.abic-online.org/images/stories/conferencia/Regulamento_da_Feira_de_Emprego_Cientifico.pdf

³² <http://conferencia2010.abic-online.org/feira-de-emprego-cientifico>

“neste momento estamos a discutir as questões do empreendedorismo e se poderemos participar na organização de cursos de empreendedorismo para bolseiros ou mesmo na divulgação de cursos, dos cursos já existentes. Achamos que também é um, é um conhecimento importante no contexto.” (Entrevista ao Presidente da ABIC)

Acção política da Associação de Investigadores em Ciência e Tecnologia

De forma semelhante ao que acontece com a ANICT procura combinar a finalidade de representação dos interesse dos cientistas com uma intervenção mais abrangente na sociedade – no caso, apostando na disseminação da cultura científica.

“a) Apoiar e representar os investigadores científicos doutorados que trabalham em Portugal;

b) Agir como parceiro no diálogo entre os investigadores e o Governo, assim como outras Instituições que participam na definição da política de Ciência em Portugal;

c) Promover a excelência da investigação académica, autonomia e liberdade, em todas as áreas do saber;

d) Contribuir para a disseminação do conhecimento científico para o público em geral”³³

Contudo a actuação da ANICT tem-se centrado sobretudo nas questões de natureza profissional, ainda que tenham existido algumas iniciativas de outra natureza. Interessante é verificar que a atenção às questões profissionais seja encarada como uma questão conjuntural, e não como um aspecto inerente às condições da génese da

³³ Estatutos da ANICT <http://conferencia2010.abic-online.org/feira-de-emprego-cientifico>

associação, que emerge devido às ansiedades e receios de um grupo de jovens investigadores contratados acerca do curso futuro das suas carreiras.

“Eu não diria “antes de mais”, eu diria que neste momento é mais premente. Justamente por causa do... Pela situação que vivem a maior parte dos investigadores, e a grande maioria dos nossos associados, que é estarem com contractos precários, não é? E portanto haver uma grande indefinição em relação ao futuro profissional dessas pessoas. Nas quais eu me incluo, não é, obviamente. E portanto esse assunto é mais premente, mas nós não centramos a Associação na resolução desse problema.” (Entrevista ao Presidente da ANICT)

Neste período breve que decorreu desde a sua formação, em 2010, a ANICT tem apostado sobretudo em trazer propostas pontuais de melhoramento do sistema científico, não tendo sido estabelecido pela associação qualquer repertório de reivindicações ou de propostas relacionadas com a defesa dos interesses do grupo de investigadores que se propõe representar. Apenas na respectiva declaração de princípios, inscrita nos estatutos que adoptou, identifica os objectivos que prossegue.

“O aumento significativo do número de Investigadores em Instituições do SCTN representa um desafio não só para os próprios Investigadores, mas também para as Instituições de acolhimento e Estado Português. É necessária a garantia de condições adequadas à investigação de alta qualidade e projecção internacional, contribuindo para o desenvolvimento científico com repercussões positivas ao nível económico e social. (...) é necessário esforço e energia para criar e assegurar condições para uma Carreira de Investigação estável, onde o Investigador possa desenvolver um trabalho independente e autónomo sendo devidamente avaliado e reconhecido pelas Instituições.”³⁴

³⁴ Declaração de Princípios da ANICT http://anict.files.wordpress.com/2010/11/anict-declaracao_principios.pdf

A ênfase recai nas condições de trabalho e na estabilidade das carreiras dos investigadores em Portugal. As propostas avulsas apresentadas pela ANICT podem ser encaradas como formas relativamente dispersas de responder a esta dupla preocupação. Entre outras, a ANICT apresentou à FCT propostas de melhoria na transparência dos concursos para financiamento de projectos de investigação³⁵ e de aumento da rotatividade dos avaliadores das candidaturas a bolsas de doutoramento e pós-doutoramento³⁶. Foram também enviados pela associação pedidos de esclarecimento à FCT e às universidades em assuntos de natureza semelhante, por exemplo, sobre o atraso nos processos de avaliação³⁷ ou sobre a candidatura a lugares de docência nas universidades.³⁸

A actividade da ANICT no ano de 2011 foi marcada principalmente pelo desenvolvimento de um sistema de avaliação dos Investigadores Ciência a ser proposta à FCT, que serviria de base a uma renovação dos contractos, pelo menos para uma parte destes investigadores.

“Portanto este estudo da avaliação da Investigação também vai permitir de certo modo, pensamos nós, normalizar um bocadinho as coisas... As pessoas saberem exactamente com o que é que vão contar, desde o princípio até ao fim da sua actividade. (...) Portanto, qualquer avaliação nós queremos que esteja anexada a uma (...) carreira, não é? Portanto, com progressão e eventualmente com, com cessação do vínculo, se for o caso, não é? Mediante a avaliação de desempenho.” (Entrevista ao Presidente da ANICT)

A proposta deu origem a um grupo de trabalho na associação, dedicado à sua formulação, que desencadeou a realização de um inquérito aos associados sobre avaliação de carreiras científicas. Marcou também a agenda de eventos das ANICT,

³⁵ Propostas para regulamentação das candidaturas a projectos de investigação da FCT, http://anict.files.wordpress.com/2011/04/anict-proposta_projectos_fct_140211.pdf

³⁶ Propostas para regulamentação das candidaturas a bolsas de investigação individuais da FCT http://anict.files.wordpress.com/2011/04/anict-proposta_bolsas_fct_140211.pdf

³⁷ <http://anict.files.wordpress.com/2010/11/cartafctprojectos2009.pdf>

³⁸ http://anict.files.wordpress.com/2010/11/regras_fct_bolsas_estrangeiros.pdf

suscitando reuniões de discussão da proposta em várias cidades do país. Foi também um dos dois temas do evento nacional da associação, o 2º Simpósio da ANICT organizado em Setembro de 2011, dedicado às Carreiras de Investigação Internacionais e à Avaliação da Investigação.³⁹

A ANICT procura organizar outro tipo de actividades ainda dentro do âmbito profissional, nomeadamente no apoio ao empreendedorismo científico como forma de promover o emprego científico fora da academia e a comunicação e transferência de conhecimento entre as universidades e o tecido empresarial português.

“Eventualmente, uma das coisas que está a ser estudada é a criação de uma espécie de, de Fundo comum de (...) empreendedorismo científico, (...) as empresas criariam um Fundo comum de financiamento, (...) Mas depois teria que haver (...) um processo pelo qual seriam escolhidos os investigadores que teriam acesso a esse Fundo. E aí é que a ANICT entraria, portanto seria no fundo um meio de ligação entre o meio empresarial e o meio académico.” (Entrevista ao Presidente da ANICT)

É importante deixar também a referência à realização de iniciativas de divulgação científica por parte da ANICT. Embora esporádicas, não deixam de representar parte da missão estatutária da associação e um projecto futuro da actual direcção.⁴⁰ A este propósito destaque-se a inclusão de uma sessão sobre divulgação científica no 1º Simpósio da ANICT em 2010. Além deste caso, a ANICT participou ainda em eventos de cultura científica organizados pela Agência Ciência Viva e pela Fundação para a Ciência e Tecnologia para os quais foi convidada.

³⁹ Sumário do Simpósio ANICT 2011

⁴⁰ Entrevista ao Presidente da ANICT

Conclusão

As associações patenteiam, por exemplo através dos seus objectivos estatutários, pretensões que não se restringem à defesa de interesses socioprofissionais: elas reivindicam igualmente um papel activo na promoção científica mormente nos capítulos da divulgação científica e da sensibilização da sociedade civil para a importância de se tornar mais permeável ao conhecimento científico e àqueles que o produzem – os cientistas. É precisamente o caso da ANICT, para as quais a ligação ciência-sociedade, através da divulgação científica assume alguma importância enquanto objectivo. Não obstante, importa ressaltar que ambas as associações tendem a focar-se nas questões de natureza profissional. Mesmo o investimento (simbólico) no desenvolvimento da ciência não escapa à órbita profissional. Com efeito, integra um discurso que encadeia, em primeiro lugar, a promoção da ciência no desenvolvimento socioeconómico, e, na sequência, a dignificação dos profissionais científicos e a melhoria da suas condições laborais no desenvolvimento de um sistema científico nacional cuja consolidação também depende da porosidade da sua fronteira com a sociedade civil.

Nas intervenções das associações no âmbito da representação profissional destaca-se a centralidade das preocupações relativas à incerteza das situações laborais dos grupos que pretendem representar. Estas preocupações, reflectem tensões (identificadas como “strains” na literatura anglo-saxónica), criadas pela posição de cada grupo socioprofissional. Ambas as associações partilham a mesma preocupação central com a fragilidade e precariedade das carreiras dos jovens investigadores. Por outro lado, estas preocupações vão materializar-se em intervenções junto da tutela que reflectem a posição na carreira dos grupos que representam, no caso da ABIC, com a centralidade do acesso a certos direitos laborais para os bolseiros que conferem alguma estabilidade à sua situação, como o acesso à segurança social e a passagem a contractos dos bolseiros que assumem funções de carácter permanente nas instituições e, no caso da ANICT, com a continuidade dos Contractos Ciência e o acesso dos investigadores doutorados a lugares de quadro das universidades.

Capítulo 5

Para a prossecução dos seus objectivos de representação profissional, o trabalho destas associações passa necessariamente pela capacidade de manter contactos com as instâncias cujas decisões afectam o desenvolvimento da ciência e as condições de trabalho dos investigadores. Este capítulo pretende abordar esses contactos institucionais, tendo em atenção a forma como se desenrolam e a importância que detêm para as associações. Em primeiro lugar, com o governo, principalmente através do ministério responsável pela ciência e ensino superior, onde se concentram as principais decisões sobre a política científica nacional, e com a Fundação para a Ciência e Tecnologia, que funciona como principal executor das decisões vindas do governo e como entidade que gere e distribui o investimento/financiamento público em ciência. Enquanto órgão legislativo, a Assembleia da República, constitui outra instância chave que o movimento associativo da ciência não pode ignorar. Por último, a própria relação institucional entre as diferentes associações deve ser referida. Embora as organizações que identificámos tenham emergido como reflexo de interesses socioprofissionais distintos, não deixa de haver espaço para objectivos partilhados.

As associações e o governo

A tutela das questões de ciência passou por um conjunto de diferentes ministérios até à criação do primeiro ministério da ciência em 1995, com a adição do ensino superior

em 2002, que se encontrava até aí sob a tutela do ministério da educação. Desde então, o ministério da ciência e ensino superior⁴¹ constitui o principal dinamizador da política científica nacional, tanto na organização e financiamento das universidades como no financiamento directo das unidades de I&D, através de bolsas de formação avançada e projectos de investigação. Assim, este constitui um dos principais actores, se não o principal, nas decisões de política científica tomadas a nível nacional, sendo por isso um dos interlocutores que as associações favorecem e ao qual dirigem boa parte da sua produção simbólica.

A ABIC reconhece que apesar de não ser fácil à associação contactar o Ministério da Ciência, tem-se reforçado o reconhecimento e visibilidade perante as principais instituições intervenientes na política científica nacional, incluindo o ministério.⁴² A ABIC sugere ainda que uma abertura selectiva por parte da tutela aos contactos da associação, sensível sobretudo à agenda política e ao calendário eleitoral.

“Mas, se for com os partidos políticos, não é assim tão complicado, se for com a FCT ou com o Ministério depende do interesse deles. Ahm... E pronto, isso depende da altura do ano ou da altura eleitoral”

“Há imenso, há imenso interesse quando fizemos a primeira Feira foi muito bem recebida, e fomos apoiados a fazer uma segunda, e mesmo o Secretário de Estado da Ciência e do Ensino Superior teve presente na nossa Conferência de Emprego e o tema principal da, da sua apresentação foi "A Investigação privada em Portugal" (...), e de facto sabemos que este é um ponto que se precisarmos de participação da Tutela deveremos ter apoio, mais do que nos outros pontos porque têm esse interesse” (Entrevista ao Presidente da ABIC)

⁴¹ Com a tomada de posse do XIX Governo Constitucional em Junho de 2011, o governo da ciência passou a estar sob a tutela do Ministério da Educação e Ciência

⁴² Entrevista ao Presidente da ABIC

Em contraste, ANICT exprime uma opinião favorável a propósito da sua experiência de contacto com o Ministério da Ciência. Embora esse contacto não tenha sido frequente no curto período de tempo de existência da associação, o seu Presidente não vê por ora razões de queixa, bem pelo contrário: a “juventude” da associação não impediu que rapidamente se estabelecessem contactos institucionais com a tutela, que depressa se mostrou disponível para colaborar com a associação. Emblematicamente, o 1º Simpósio da associação viria a ser “acreditado” pela presença do Ministro da Ciência na sessão de encerramento.

“Portanto, a ideia foi nossa de formar a Associação, mas assim que tivemos essa ideia, realmente fizemos alguns contactos e realmente tivemos um *feedback* positivo de outras Instituições. Estou a pensar nomeadamente na Fundação para a Ciência e Tecnologia e no Ministério da Ciência” (Entrevista ao Presidente da ANICT)

As associações e a Fundação para a Ciência e Tecnologia

A Fundação para a Ciência e Tecnologia constitui hoje em dia o principal executor da política de financiamento público de investigação e desenvolvimento em Portugal. É responsável pelo processo de atribuição dos principais recursos para investigação, bolsas de formação avançada, financiamento plurianual das instituições de investigação (laboratórios associados e centros de investigação) e financiamento de projectos. É também o organismo responsável pela fiscalização da aplicação desses fundos. Ao Ministério da Ciência cabe a tutela sobre todo o sistema científico e tecnológico nacional, mas é a FCT que efectiva e operacionaliza a política científica definida superiormente. Daí a sua enorme importância para o sistema científico nacional que, ademais, no caso português, com já se realçou, conserva (ainda) as propriedades públicas que marcaram a sua origem

Em inevitável convívio com a FCT está a ABIC, uma vez que é a FCT que tutela a actividade dos bolseiros de investigação, que compõem a base de apoio da associação. Apesar do lamento da ABIC de que os contactos com a direcção da FCT são bem menos frequentes e profícuos do que o desejável, a verdade é que as suas tomadas de posição produziram alguns efeitos no interior da FCT, contribuindo designadamente para introduzir pequenas alterações no funcionamento de alguns processos da FCT ligados à concessão das bolsas de investigação.

“Há outra altura positiva, que agora me lembrei, que foi, mas foi uma alteração pequena, isso foi no Concurso de Bolsas de 2009 que o prazo para entregar as candidaturas era 1 de Setembro e a ABIC alertou que era complicado para os bolseiros terem os orientadores disponíveis para entregar a candidatura naquela data e então foi possível alargar um pouco o prazo, e também a questão dos bolseiros já terem terminado o doutoramento, no caso dos bolseiros *pós-doc* que tivessem terminado o doutoramento até dia 1 de Setembro também foi, foi alterado ligeiramente o Regulamento para permitir que os bolseiros pudessem participar no Concurso.” (Entrevista ao Presidente da ABIC)

Outra vertente da relação entre a ABIC e a FCT que não pode ser ignorada é a que opera através das actividades de Apoio ao Bolseiro desta associação. São as resoluções de problemas ou irregularidades pontuais nos processos de candidatura às bolsas, em recursos do resultado de concurso, transferências ou cancelamento de bolsas, nos quais a associação procura intervir junto da FCT em apoio aos associados. Estas acções acabaram por levar também a que um conjunto de perguntas frequentes e o seu esclarecimento sobre o funcionamento das bolsas de investigação proposto pela ABIC fosse incluído no *website* da FCT.⁴³

⁴³ FAQ ABIC/FCT http://alfa.fct.mctes.pt/apoios/bolsas/FAQ_ABIC/

Os contactos preliminares da ANICT com a FCT iniciaram-se na reunião conjunta com o Ministério da Educação, ainda durante o processo que precedeu a criação oficial da associação, e na qual a FCT mostrou disponibilidade para colaborar de forma próxima com a associação. A ANICT assume um discurso muito positivo sobre os contactos que mantém com a FCT, realçando o compromisso da FCT de manter reuniões periódicas com a associação. Além disso, a associação tem também uma percepção positiva do impacto dessas reuniões – terão sido o meio para que propostas da associação viessem a ser adoptadas pela FCT.

“Aliás a FCT foi contactada, e o Ministério da Ciência, antes de se formar a Associação, foram duas das Instituições que nós contactámos, e logo à partida houve muita abertura por parte da FCT de dialogar connosco e, e colaborar em várias iniciativas. E houve até por proposta da, da própria FCT, a ideia de termos reuniões até trimestrais, não é. Na prática o ano passado tivemos apenas três reuniões e não quatro, mas eu acho que é bastante razoável, quer dizer, não é? E este ano já tivemos outra vez, já tivemos uma, não é, e, e já temos agendada outra. (...) Eu acho que com a FCT temos tido uma relação bastante, bastante estreita, e sabemos que já houve várias, várias propostas nossas que foram de facto adoptadas pela FCT, portanto eu acho que temos tido algum impacto.” (Entrevista ao Presidente da ANICT)

As associações e a Assembleia da República

ABIC, dá conta de um reconhecimento do trabalho desenvolvido por partidos com assento parlamentar. Segundo a própria, os contactos da ABIC com o Assembleia têm permitido colocar em discussão política matérias que integram a agenda reivindicativa da associação, como a revisão do estatuto do bolseiro de investigação científica, através de partidos como Bloco de Esquerda e o Partido Comunista, com os quais partilha objectivos em relação ao futuro do trabalho científico, do seu fomento e da sua organização, ainda que daí não tenha surtido o efeito ansiado mas não necessariamente esperado de aprovação parlamentar de legislação que responda às medidas que propugna.

“Recentemente fomos convidados para participar em Audições Parlamentares, (...) Já vem, vem demonstrar que a ABIC é conhecida por alguns partidos ou que o trabalho é conhecido... Somos convidados a participar nessas Audições Públicas.”

“Sim, houve contactos com os partidos que levaram a que tivessem sido, em Dezembro do ano passado, apresentadas propostas de lei para alterar o Estatuto. Depois não foram aprovadas. E essas propostas foram muito baseadas na proposta que a ABIC fez. Depois a concretização depende dos partidos que estão no poder e do interesse de vários partidos.” (Entrevista ao Presidente da ABIC)

A ANICT, talvez por ter ainda pouco tempo de existência, não desenvolveu muita actividade de contacto com a Assembleia da República. Além de uma audição com a Comissão Parlamentar de Educação e Ciência a pedido da associação para estabelecer um primeiro contacto institucional, a única outra ocorrência de contacto com a Assembleia terá sido a participação na discussão aberta do relatório “A ciência em Portugal”, realizada a pedido da citada Comissão Parlamentar.

Relações entre as associações

Como já foi referido num capítulo anterior, as duas associações socioprofissionais abordadas neste trabalho, surgem num contexto em que existem já outras organizações socioprofissionais ligadas à comunidade científica. Assim, é importante ter em conta a relação entre este conjunto mais alargado de organizações no sentido de melhor compreender a posição ocupada pela ABIC e pela ANICT na representação socioprofissional da comunidade científica.

A ABIC mantém uma relação institucional com a Organização dos Trabalhadores Científicos (OTC) através da filiação comum na Federação Mundial dos Trabalhadores Científicos (FMTC). A OTC, membro da Federação desde 1981, veio convidar a ABIC a

participar na reunião internacional da FMTC em 2004, que ocorreu em Lisboa, que mais tarde levou ao convite à integração da ABIC na Federação, aprovada dois anos depois em Assembleia Geral da ABIC.⁴⁴

Apesar desta proximidade, tudo indica que as duas associações – OCT e ABIC – não desenvolvam qualquer tipo de acção concertada. O contacto entre as associações parece manter-se a um nível informal e de troca mútua e algo avulsa (isto é, suscitada por problemas mais ou menos pontuais que a ambas respeitam) de informação.

“Sim normalmente, quer dizer concertação.... É mais troca de informação e de acerto digamos de posições e há certas coisas que eles sabem primeiro e que nós tomamos conhecimento através deles, que existem problemas assim e assim e eles esta e aquela actividade e vice-versa,” (Entrevista ao Presidente da OCT)

A única manifestação de cooperação entre as duas associações com visibilidade pública nos últimos anos foi a participação do presidente da OCT enquanto orador na última conferência de emprego científico realizada em 2010. Mesmo o enquadramento na FMTC parece ter pouco significado na actuação da ABIC, que a nível internacional parecer envolver-se sobretudo na EURODOC, a federação das associações europeias de bolseiros de pós-graduação.

Já a ABIC e o SNESup têm um protocolo de cooperação assinado em 2010, que prevê troca de informação e a participação conjunta em negociações com a tutela em matérias de interesse comum a ambas as associações.

“Tivemos a necessidade de fazer estes protocolos, essencialmente por causa do apoio jurídico que os Sindicatos nos podiam dar. Já havia relações com os Sindicatos de

⁴⁴ ABIC Acta nº 6 http://www.abic-online.org/documentos/AGs/ACTA_numero_6.pdf

comunhão e então surgiu a ideia de formalizar estas relações mais informais e de pedir o apoio dos Sindicatos para questões jurídicas, e esses protocolos envolvem a possibilidade de pedir apoios jurídicos aos sindicatos.” (Entrevista ao Presidente da ABIC)

Estreitar relações com um sindicato é ainda vantajoso para a ABIC noutro plano: poder beneficiar de apoio jurídico que, não fora essa solução, lhe estaria vedado por não dispor de recursos económicos para o contratar. Esse apoio tem-se vertido essencialmente na elaboração de pareceres jurídicos sobre a documentação legal relativa à actividade dos bolseiros. Diga-se que a ABIC, neste domínio, estabeleceu convénios de cooperação não só com o SNESup, mas também com outros sindicatos.

“foram questões que partiram do tema do voluntariado e destas questões e destas pessoas a dar aulas gratuitamente, porque conjuntamente com a ABIC e essas reuniões foram organizadas juntamente com eles. Sentimos que este era um problema não só para os Investigadores ou para os Bolseiros mas no fundo é todo Ensino Superior, então às vezes é preciso um problema para unir as pessoas e para as fazer entender que o Ensino Superior somos todos nós e que se conseguirmos de alguma maneira ajudar o colega que está ao lado” (Entrevista ao Presidente do SNESup)

A ABIC e o SNESup tiveram pelo menos uma circunstância de acção combinada no período recente. Esta adveio a propósito da questão sensível da docência não-remunerada por bolseiros de investigação, possibilidade aberta pela revisão dos regulamentos internos de algumas instituições de ensino superior público portuguesas. Neste processo houve reuniões entre as direcções de ambas as associações para a discussão do problema e acertar posição comum, assim como sessões de esclarecimento conjuntas junto dos bolseiros e professores da Academia, culminando numa intervenção

concertada junto do Ministério da Ciência e dos órgãos dirigentes de algumas universidades⁴⁵.

A ANICT é uma associação recém-criada e por isso com pouco tempo para a consolidação de relações institucionais com as restantes. Ainda assim, rapidamente se estabeleceram contactos entre a ANICT e a ABIC e SNESup. Ainda durante o primeiro ano de vida da associação, a ANICT participou na IV Conferência de Emprego Científico da ABIC. No ano seguinte, a primeira direcção eleita da ANICT, que iniciou funções em Janeiro de 2010, estabelecia os primeiros contactos oficiais com ambas associações, em reuniões organizadas no mês seguinte.⁴⁶

Conclusão

Deste capítulo podem ser extraídas duas considerações principais. A primeira é facto de ambas as associações disporem de algum contacto com as instâncias de decisão da política científica nacional. O reconhecimento que recebem de cada uma parece ser variável. A ANICT pôde dispor desde a sua formação de um contacto e reconhecimento privilegiado por parte da Fundação para a Ciência e Tecnologia e do Ministério da Ciência, dos quais se destacam as reuniões periódicas da associação com a FCT e a elaboração do sistema de avaliação para os investigadores do Programa Ciência. A ABIC, por seu turno, ainda que não disponha do mesmo tipo de relação com a tutela é de alguma forma reconhecida pelo Ministério e pela FCT como interlocutor, já que existe uma certa aproximação com a participação da FCT nas Conferências da ABIC ou de uma abertura em certos períodos do ciclo eleitoral. Mais importante para a ABIC revela-se a ligação mantida com a Assembleia da República, não só no reconhecimento pela Secção Parlamentar de

⁴⁵ Entrevista ao Presidente da ABIC

⁴⁶ Entrevista ao Presidente da ANICT

Educação e Ciência, mas também na proximidade de certos partidos políticos, que permite que algumas propostas da ABIC cheguem a discussão no Parlamento.

Em segundo lugar, é importante destacar um certo isolamento da actividade das associações face à de outras associações existentes. A ANICT encontra-se ainda numa fase inicial que dificulta a análise das suas relações com outras associações socioprofissionais da esfera científica. Mas no caso da ABIC, formada em 2003, é interessante verificar, que embora mantendo relações com o SNESup que incluem um protocolo de cooperação, a tomada de qualquer tipo de acção conjunta é quanto muito pontual e relativa a assuntos em que se sobrepõe os interesses de cada uma das associações, como o caso da docência não remunerada por bolseiros. Isto vem reforçar a ideia do ancoramento das associações aos interesses específicos dos grupos que representam.

Conclusão

Este trabalho procurou acima de tudo ser uma reflexão sobre a génese do associativismo profissional ligado aos jovens investigadores, vista da perspectiva das 2 organizações portuguesas formadas nos últimos 10 anos, a Associação dos Bolseiros de Investigação Científica e a Associação Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia. Os tópicos escolhidos para enquadrar este trabalho não esgotam de maneira nenhuma as diferentes dimensões destas associações, mas contribuem para definir algumas das suas características mais importantes.

Foi proposto no início deste trabalho que a génese das associações estaria assente em 3 factores, a criação de um clivagem de interesses socioprofissionais na comunidade científica, a consciencialização de um conjunto de problemas nas carreiras científicas dos jovens investigadores e um conjunto de oportunidades ou catalisadores que facilitam a emergência das associações.

A existência destas duas associações não é portanto casual. Está com efeito enraizada no próprio desenvolvimento recente do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN). O investimento em ciência tem mantido uma tendência de crescimento desde a revolução de 1974, ainda que a sua intensidade tenha mostrado variações ao longo deste período. Esta evolução não é alheia a factores externos, que em muito têm contribuído para a consolidação do SCTN. A integração de Portugal na então CEE, disponibilizou novos fundos para a reestruturação e crescimento de um sistema científico incipiente, e para a sua integração internacional, contribuindo assim para o seu crescimento. A ciência tem também ganho um espaço crescente dentro da sociedade

portuguesa, com o seu enquadramento político enquanto catalisador do desenvolvimento das sociedades ocidentais contemporâneas.

Este é o contexto de génese da “primeira fase” de associações profissionais ligadas à comunidade científica, ao qual teremos de associar a organização do trabalho científico, dividido em duas carreiras distintas, a de docente e a de investigador não-docente, que vão dar origem a duas associações profissionais, o SNESup e a OCT, respectivamente.

As outras duas associações, que constituem o principal foco deste trabalho, vão ter origem num segundo momento, em que se aprofundam as tendências que se vinham a desenvolver anteriormente, e em que se começa a tornar saliente uma distinção por alguns percebida mesmo como divisão/oposição entre os investigadores nas primeiras fases da sua carreira e as gerações que os precederam; clivagem que, acrescente-se, não será específica do caso português, uma vez que se encontra identificada e descrita em literatura que versa outros sistemas científicos, principalmente o norte-americano (de que se dispõe do maior *corpus* bibliográfico sobre o tema), mas também o canadiano e o finlandês. A combinação de um crescimento rápido do número de investigadores em programas de formação avançada com a estagnação na abertura de lugares de carreira nas universidades e instituições de I&D veio colocar os investigadores da fileira recente numa situação laboral vista como precária e com horizontes limitados, em que se sucedem os vínculos temporários ao SCTN, através de bolsas ou contractos a termo, sempre revestidos da ameaça de ser “de um dia para o outro” posto “fora de jogo”.

As duas associações de jovens investigadores revelam ter uma origem e uma base de associados que reflecte a clivagem de interesses ou preocupações socioprofissionais entre os jovens investigadores com vínculos laborais a prazo (sejam bolsas ou contractos) e os investigadores e docentes de carreira, que contribuiu para a formação das suas próprias associações socioprofissionais. Por outro lado, revelam também representar dois grupos de jovens investigadores, em fases ligeiramente diferentes das suas carreiras. De um lado, os que se encontram na primeira fase das suas carreiras, vinculados ao SCTN através de bolsas de investigação. Do outro lado, um conjunto de investigadores de um escalão etário um pouco mais elevado, que se encontra numa fase seguinte da carreira,

conjunto que beneficiou de contractos a prazo facultados pelo programa Compromisso com a Ciência.

As associações apresentam nos seus estatutos um conjunto de objectivos que tende a ter uma abrangência que ultrapassa as actividades de representação de interesses socioprofissionais. Contudo, este horizonte mais amplo parece repercutir mais no discurso do que propriamente na prática das associações. Os fins/planos de contribuição para o desenvolvimento para o sistema científico sobressaem sobretudo num contexto discursivo de justificação das propostas das associações. Especificamente, é comum um discurso que coloca a dignificação e a estabilidade das carreiras científicas como condição para o desenvolvimento da ciência que, por sua vez, é condição para o desenvolvimento da economia e da sociedade Portuguesa. A maioria das intervenções das associações reflecte a existência de preocupações ou tensões provocadas pela situação laboral precária em que se encontram os jovens investigadores portugueses e que são reconhecidas como fundamento da sua génese e actividade.

Em linha com o que sucedeu durante os seus processos de génese estas associações mostram-se vinculadas aos interesses socioprofissionais dos grupos que lhes deram origem. As associações interagem com alguma frequência – por aí denotando reconhecimento mútuo enquanto associações de índole similar. Isso acontece através dos contactos mais e menos formais que mantém entre si, mas também, não menos importante, da institucionalização de modalidades de cooperação materializadas em protocolos específicos – caso ABIC/SNESup – e da pertença comum a organizações internacionais – caso ABIC/OTC. Ainda assim, deve-se ressaltar que estas relações raramente declinam no desenvolvimento de posições ou acções concertadas. A esta falta de convergência na tomada de posição e na acção muito provavelmente não será alheio o foco, que as caracteriza, nas questões que dizem respeito apenas às respectivas bases de associados. É este que polariza muita da acção das associações em particular junto da tutela, investindo na sua revisão seja por iniciativa própria seja por pressão mais ou menos difusa que anseia e de algum modo antecipa reacção significativa por parte da tutela.

A acção por relação à tutela constitui, não haja dúvidas, o eixo central da prática associativa por nós escrutinada. A posição da ANICT de relativa satisfação com a relação estabelecida com a tutela e mais ainda, especificamente, com a FCT, diferencia as duas associações. A ABIC faz referência a algumas dificuldades no relacionamento com o Ministério da Ciência e com a FCT: a receptividade a contactos e propostas será no essencial função de uma agenda política própria. Será por essa razão que a ABIC se “vira” para a Assembleia da República enquanto interlocutor de confiança. O parlamento tem-se com efeito mostrado um canal de promoção das propostas desta associações, que “joga” com a maior diversidade de orientações políticas existente, e com a própria dinâmica dos ciclos eleitorais, para “abrir” mais a classe política à sua existência e ao seu cadernos reivindicativos, que chegam mesmo a integrar propostas legislativas apresentadas a discussão (não necessariamente com êxito) na Assembleia da República. Assim, as associações têm a sua actividade dependente da abertura de canais de comunicação com o poder político. Esta abertura de oportunidades de participação nos processos de decisão constitui-se como um factor catalisador da formação das associações, em especial no caso da ANICT, que reuniu com a tutela numa fase precoce do seu processo de formação. A existência de outros factores que facilitam a origem destas associações foi também assinalada ao longo deste trabalho. Em primeiro lugar na importância crescente da ciência nas sociedades ocidentais, citado frequentemente pelas associações enquanto legitimador das suas intervenções na promoção da estabilidade das carreiras dos jovens investigadores. Em segundo nas próprias dinâmicas do associativismo científico em geral, que se encontra em processo de expansão, e do associativismo socioprofissional dos investigadores, não só pela existência em contexto nacional de associações socioprofissionais de investigadores já consolidadas, como o SNESup ou a OTC, mas também pela movimentação associativa dos jovens investigadores em diversos países europeus, que se congrega na EURODOC.

Uma das dificuldades deste trabalho está sem dúvida na ausência de material comparativo suficiente, que permita tecer algumas considerações mais abrangentes sobre a emergência de um movimento socioprofissional ligado aos jovens investigadores.

Apenas é possível traçar alguns paralelos com o contexto americano, aquele que se encontra mais detalhado. As associações americanas partilham com as portuguesas o mesmo foco nas intervenções sobre a estabilidade da carreira e o acesso a determinados direitos laborais, como a assistência aos jovens em situações de desemprego ou doença – este apenas para os bolseiros. O único aspecto de destaque parece ser a concentração disciplinar dos associados, que têm origem na sua maioria nas áreas das ciências naturais, “hipertrofia” que repercute sobretudo na ABIC. Esta característica contraria a tendência encontrada em contexto norte-americano, em que a movimentação de jovens investigadores para a formação de associações radica fortemente nas ciências sociais e nas humanidades. Como causa desta diferença, ou melhor da específica concentração disciplinar encontrada para o caso português apontar-se-á (sem prejuízo de outros possíveis factores): 1) a ausência da diferenciação das condições de trabalho entre as ciências sociais e humanidades e as disciplinas científicas que mais facilmente atraem financiamento externo, produto da dependência pública quase exclusiva da prática de investigação científica e da centralização na tutela da maioria das decisões sobre a contratação de novos investigadores; e 2) o facto de os fundadores das associações provirem das ciências exactas e naturais, a que se aliará a modalidade predominante de recrutamento de novos associados: as redes (de contactos) profissionais, para gerar associações virguladas fundamentalmente pela condição de investigador da área das ciências exactas e naturais.

Em suma, a ideia que se procurou desenvolver foi a de que estas associações são resultado de conjunturas particulares no desenvolvimento do sistema científico português, e no caso da ABIC, das sociedades ocidentais, visto que as associações de bolseiros estão presentes em contexto norte-americano e em vários países europeus. A ANICT é um caso mais particular, produto de um desenvolvimento especificamente português, que mais dificilmente encontra paralelos noutros contextos, em que o associativismo dos jovens investigadores se resume à actividade por parte dos bolseiros de investigação. A formação destas duas associações teve origem na formação de um contexto de crise pressentida pelos jovens investigadores portugueses, resultante das

dificuldades enfrentadas por este grupo no desenvolvimento das suas carreiras profissionais, que beneficiou de um conjunto de outros factores que facilitaram a sua formação.

Por fim, é importante referir que na ABIC e na ANICT preponderaram lógicas de representação conjuntural de interesses dificilmente universalizáveis: aquela formada à volta dos problemas específicos dos bolseiros; esta dos que orbitam os contractos Ciência. É possível que esgotando-se tais motivos ceda também a razão de ser destas associações, encerradas assim em configurações de representação política efémera. E não é difícil imaginar as formas que esse esgotamento pode revestir: a resolução de alguns dos problemas mais agudos dos jovens investigadores (as extremas precariedade e incerteza profissionais que se articulam em horizontes de carreira científica quase nulos), mesmo que não cobrindo todo o âmbito de propostas e reivindicações das duas associações, pode levar a uma redução das clivagens percebidas entre estes e as gerações de investigadores precedentes e a uma consequente quebra da mobilização político-reivindicativa. A própria evolução das carreiras individuais dos jovens investigadores mais diligentes e empenhados na organização duma agenda reivindicativa colectiva comum, sobretudo se evoluírem para a transição para as carreiras de docência e investigação académicas, pode esvaziar a *necessidade objectiva de reconhecimento* e a *vontade subjectiva de distinção* que se materializam na constituição das citadas associações. Esta questão teórica é de manifesto interesse, e fornece uma razão acrescida para que a evolução destas associações seja acompanhado no futuro.

Bibliografia

- Altbach, P. G. (1980). The Crisis of the Professoriate. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 448(1), 1-14.
- Benner, C. (2004). Labor in the network society: lessons from Silicon Valley. In M. Castells (Ed.), *The Network Society. A cross cultural prespective* (pp. 174-197). Northampton: Edward Elgar.
- Blumenthal, D., Causino, N., Campbell, E., & Louis, K. S. (1996). Relationships between academic institutions and industry in the life sciences--an industry survey. *The New England journal of medicine*, 334(6), 368-73.
- Boltanski, L., & Chiapello, E. (2007). *The New Spirit of Capitalism*. London & New York: Verso.
- Bousquet, M. (2011). The Rhetoric of "Job Market" and the Reality of the Academic Labor System. *English*, 66(2), 207-228.
- Clawson, D., & Clawson, M. A. (1999). WHAT HAS HAPPENED TO THE US LABOR MOVEMENT? Union Decline and Renewal. *Annual Review of Sociology*, 25, 95-119.
- Dyer-witheford, N. (2005). COGNITIVE CAPITALISM AND THE CONTESTED CAMPUS. *European Journal of Higher Education*, 2, 71-93.
- Ehrenberg, R. G., Klaff, D. B., Kezsbom, A. T., & Nagowski, M. P. (2002). Collective Bargaining in American Higher Education. *Higher Education*.
- Etzkowitz, H. (1994). Technology Centers and Industrial Policy: the Emergence of the Interventionist State in the USA. *Science and Public Policy*, 21, 79-87.
- Fisher, D., Atkinson-Grosjean, J., & House, D. (1991). CANADA : THE CREATION AND DEVELOPMENT OF THE. *Minerva*, (1962), 299-325.

- Freeman, R. B., Weinstein, E., Marincola, E., Rosenbaum, J., & Solomon, F. (2001). Careers and Rewards in Bio Sciences: the disconnect between scientific progress and career progression. *Science*.
- Frege, C. M., & Kelly, J. (2003). Union Revitalization Strategies in Comparative Perspective. *European Journal of Industrial Relations*, 9(1), 7-24.
- Gago, J. M. (1990). *Manifesto para a Ciência em Portugal*. Lisboa: Gradiva.
- Gago, M. (1992). *O Estado das Ciências em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote.
- Gaughan, M. (2004). National science training policy and early scientific careers in France and the United States. *Research Policy*, 33(4), 569-581.
- Gibbons, M., Limoges, C., Nowotny, H., Schwartzman, S., Scott, P., & Trow, M. (2008). *The New Production of Knowledge. The dynamics of science and research in contemporary societies*. Los Angeles, London, New Delhi & Singapore: Sage.
- Gonçalves, M. E. (1993). Ciência, Comunidade Científica e Democracia em Portugal. *Comunidade Científica e Poder* (70th ed., pp. 133-150). Lisboa.
- Gundelach, P. (1984). Social transformation and new forms of voluntary associations. *Social Science Information*, 23(6), 1049-1081.
- Gusfield, J. (2012). Social Structure and Moral Reform : A Study of the Woman ' s Christian Temperance Union. *The American Journal of Sociology*, 61(3), 221-232.
- Hakala, J. (2008). The future of the academic calling? Junior researchers in the entrepreneurial university. *Higher Education*, 57(2), 173-190.
- Hoeller, B. K. (2007). The Future of the Contingent Faculty Movement, (November), 1-6.
- Jacob, M. (2000). Mode 2 in context: The contract researcher, the university and the knowledge society. In M. Jacob & T. Hellström (Eds.), *The Future of Knowledge Production in the Academy* (pp. 11-27). Open University Press.
- Julius, D. J., & Gumport, P. J. (2002). Graduate Student Unionization: Catalysts and Consequences. *The Review of Higher Education*, 26(2), 187-216.

- Kalleberg, A. L. (2000). NONSTANDARD EMPLOYMENT RELATIONS : Part-time , Temporary and Contract Work. *Annual Review of Sociology*, 26, 341-365.
- Kaplowitz, M. D. (2004). A Comparison of Web and Mail Survey Response Rates. *Public Opinion Quarterly*, 68(1), 94-101.
- Kemerer, F. R., & Baldrige, J. V. (2011). Senates and Unions: Unexpected Peaceful Coexistence. *The Journal of Higher Education*, 52(3), 256-264.
- Kerbo, H. R. (1982). Movements of "Crisis" and Movements of "Affluence": A Critique of Deprivation and Resource Mobilization Theories. *Journal of Conflict Resolution*, 26(4), 645-663.
- Kerchner, B. C. (2003). Knowledge Workers?: Trade Unionism' s New Frontier. *Higher Education*, (11), 11-18.
- Kerri, J. N. (1976). Studying Voluntary Associations as Adaptive Mechanisms: A Review of Anthropological Perspectives. *Current Anthropology*, 17(1), 23.
- Kim, H., & Bearman, P. S. (2011). The Structure and Dynamics of Movement Participation. *Structure*, 62(1), 70-93.
- Kleinman, D. L. E. E., & Vallas, S. P. (2001). Science , capitalism , and the rise of the "knowledge worker": The changing structure of knowledge production in the United States. *Theory and Society*, 451-492.
- Koopmans, R. (1999). Political . Opportunity . Structure . Some Splitting to Balance the Lumping, 14(1), 93-105.
- Kovács, I. (2006). Novas formas de organização do trabalho e autonomia no trabalho, 41-65.
- Lafer, G. (2003). Graduate Student Unions: Organizing in a Changed Academic Economy. *Labor Studies Journal*, 28(2), 25-43.
- Lawless, D. J. (1981). The Canadian University under the impact of Academic Trade Unions. *Minerva*, 19(3), 464-479.

- Lee, J. J., Oseguera, L., Kim, K. a., Fann, A., Davis, T. M., & Rhoads, R. a. (2004). Tangles in the Tapestry: Cultural Barriers to Graduate Student Unionization. *The Journal of Higher Education*, 75(3), 340-361.
- Lefevre, W. (2005). Science as Labor. *Perspectives on Science*, 13(2), 194-225.
- Marques, J., Caraca, J., & Diz, H. (2006). How can university–industry–government interactions change the innovation scenario in Portugal?—the case of the University of Coimbra. *Technovation*, 26(4), 534-542.
- Meyer, D. S., & Staggenborg, S. (2011). Movements , Countermovements , and the Structure of Political Opportunity. *Structure*, 101(6), 1628-1660.
- Nixon, H. L. (1975). Faculty Support of Traditional Labor Tactics on Campus. *Sociology of Education*, 48(3), 276.
- Paiva, J. P. S. (1991). *O desafio do futuro: política científica e tecnológica* (Secretaria.). Lisboa.
- Penner, R. (1994). Unionization, Democracy, and the University. *Interchange*, 25, 49-53.
- Ponak, A., Thompson, M., & Zerbe, W. (1992). Collective bargaining goals of university faculty. *Research in Higher Education*, 33(4), 415-431.
- Porta, D. della, & Diani, M. (2006). *Social Movements. An Introduction*. Malden, Oxford & Carlton: Blackwell.
- Rajagopal, I., & Farr, W. D. (1989). The political economy of part-time academic work in Canada. *Higher Education*, 18(3), 267-285.
- Rhoads, R. a., & Rhoades, G. (2005). Graduate Employee Unionization as Symbol of and Challenge to the Corporatization of U.S. Research Universities. *The Journal of Higher Education*, 76(3), 243-275.
- Ruivo, B. (1998). *As políticas de ciência e tecnologia e o sistema de investigação*. Lisboa: Imprensa nacional Casa da Moeda.

- Sax, L. J., Gilmartin, S. K., & Bryant, A. N. (2003). ASSESSING RESPONSE RATES AND NONRESPONSE BIAS IN WEB AND PAPER SURVEYS. *Research in Higher Education*, 44(4), 409-432.
- Scott, P. (1997). The changing role of the university in the production of new knowledge. *Tertiary Education and Management*, 3(1), 5-14.
- Sennett, R. (2006). *The Culture of the New Capitalism. Library*. New Haven & London: Yale University Press.
- Sheehan, K. B. (2006). E-mail Survey Response Rates : A Review. *Communication*, 1-30.
- Sheehan, K., & Grubs, M. (1999). Using E-mail To Survey Internet Users In The United States: Methodology And Assessment. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 4(3).
- Singh, P., Zinni, D. M., & MacLennan, A. F. (2006). Graduate student unions in the United States. *Journal of Labor Research*, 27(1), 55-73.
- Smelser, N. (1962). Theory of collective behaviour. New York: The Free Press.
- Smith, V. (2012). New forms of work organization. *Annual Review of Sociology*, 23(1997), 315-339.
- Triggle, D. J., & Miller, K. W. (2002). Statements Doctoral Education : Another Tragedy of the Commons ? *American Journal of Pharmaceutical Education*, 66, 287-294.
- Zhang, Y. (2000). Using the Internet for survey research: A case study. *Journal of the American Society for Information Science*, 51(1), 57-68.

Anexo A – Inquéritos aos associados

INQUÉRITO AOS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE INVESTIGADORES EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O projecto de investigação [*SOCSCI–Sociedades Científicas na Ciência Contemporânea*](#) é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ref. PTDC/CS-ECS/101592/2008) e está a ser desenvolvido pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com a colaboração do CIES-IUL e do SOCIUS-ISEG-UTL.

No âmbito deste projecto, a **Associação Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia** foi seleccionada para a realização de um estudo de caso. Procurando, assim, estudar mais em profundidade esta associação, preparámos um pequeno inquérito para os seus membros, que pretende essencialmente conhecer as suas opiniões e perfil sociológico.

As respostas são anónimas e confidenciais. Os resultados obtidos serão utilizados para fins exclusivamente científicos e serão analisados apenas pela equipa de investigação.

O preenchimento do inquérito não deverá levar mais do que 5 minutos. Caso tenha dúvidas, por favor contacte: ana.delicado@ics.ul.pt; 21 780 48 34.

O projecto prevê uma ampla divulgação das conclusões, inclusivamente às associações abrangidas e seus membros.

A sua colaboração é indispensável para o sucesso do nosso projecto. Muito obrigado!

1. Em que ano aderiu à Associação Nacional de Investigadores em Ciência e Tecnologia (ANICT)?

2. Como tomou conhecimento da ANICT?

Através de um colega de trabalho

Através de um professor do ensino superior/orientador

Através de um familiar/amigo

Através de um evento realizado pela ANICT

Através dos meios de comunicação social

Através de uma publicação da ANICT

Através do website da ANICT

Fui um dos membros fundadores

Outra forma, qual?

3. Assinale o grau de importância que atribui às seguintes motivações para se ter tornado membro da ANICT:

	Muito importante	Importante	+/- importante	Pouco importante	Nada importante	Não se aplica
Interesse pelos objectivos da ANICT						
Encorajamento de colegas/amigos/professores						
Convite para integrar os órgãos sociais da ANICT						
Beneficiar de condições especiais de inscrição (por ex. em congressos)						
Participar nas actividades promovidas pela ANICT						
Beneficiar dos serviços proporcionados pela ANICT						
Usufruir de vantagens noutras organizações (nas quais está filiada ou com quem tem protocolos)						
Valorizar o meu currículo profissional/científico						

Outra, qual?

4. Assinale os aspectos da vida da ANICT em que participa:

Pago quotas	
Participo nas Assembleias Gerais	
Voto nos processos eleitorais	
Faço/fiz parte dos órgãos sociais	
Coordeno um núcleo/secção/publicação da ANICT	
Faço trabalho voluntário na associação	
Faço donativos/dádivas à ANICT	
Angario novos membros para a ANICT	
Obtenho financiamento/donativos para a ANICT	
Escrevo nas publicações ou website/blog/fórum da ANICT	
Leio as publicações ou website/blog/fórum da ANICT	
Participo nos congressos/encontros que organiza	
Participo noutras actividades promovidas pela ANICT	

5. Assinale o grau de importância que atribui aos benefícios de ser membro da ANICT:

	Muito importante	Importante	+/- importante	Pouco importante	Nada importante	Não se aplica
Pertencer a uma comunidade científica/profissional						
Obter informação sobre novidades/descobertas científicas						
Manter-me actualizado sobre eventos, congressos, cursos						
Conviver com pessoas de interesses semelhantes						
Ter a oportunidade de conhecer mais o campo científico (pessoas, organizações)						
Ter acesso a informação sobre oportunidades de emprego						
Poder beneficiar das suas actividades/serviços/publicações/protocolos						
Poder contribuir para a promoção da cultura científica						
Ver os meus interesses representados junto do poder político						
Poder contribuir para o desenvolvimento da ciência e da sociedade						

Outro, qual?

6. Como avalia a acção da ANICT hoje:

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente	Não se aplica
Desempenha um papel importante na ciência portuguesa						
Desempenha um papel importante na sociedade						
Desempenha um papel importante na minha prática científica/profissional						
Desempenha um papel importante na minha carreira científica/profissional						

7. Do seu ponto de vista, quais dos seguintes problemas tendem a ocorrer na ANICT:

Não haver uma maior renovação de dirigentes	<input type="text"/>
Ter poucos membros	<input type="text"/>
Ter pouco envolvimento dos membros	<input type="text"/>
Proporcionar poucas oportunidades de participação aos membros	<input type="text"/>
Não apostar na abertura da associação ao público	<input type="text"/>
Não desenvolver actividades regulares	<input type="text"/>
Não desenvolver actividades adequadas ou relevantes	<input type="text"/>
Falta ou insuficiência de apoios públicos	<input type="text"/>
Instalações inadequadas ou insuficientes	<input type="text"/>
Falta de pessoal remunerado	<input type="text"/>
A concorrência com outras associações	<input type="text"/>
Perder importância perante outros organismos do campo científico	<input type="text"/>
Ter pouca visibilidade na sociedade ou estar insuficientemente divulgada	<input type="text"/>
Nenhuns problemas	<input type="text"/>

Outro, qual?

8. Pertence ou pertenceu a outras associações científicas portuguesas?

Sim, sou membro Não, mas já fui membro Não, nunca pertenci

8.1 Se é ou já foi membro de outras associações científicas portuguesas, quais?

9. Pertence ou pertenceu a associações científicas internacionais?

Sim, sou membro Não, mas já fui membro Não, nunca pertenci

9.1 Se é ou já foi membro de associações científicas internacionais, quais?

DADOS SOCIOGRÁFICOS

10. Sexo Masculino ☐ Feminino ☐

11. Idade

12. Nacionalidade

13. Concelho de residência

14. Nível de escolaridade (concluído):

Até ao ensino secundário	<input type="checkbox"/>
Ensino secundário	<input type="checkbox"/>
Licenciatura	<input type="checkbox"/>
Mestrado	<input type="checkbox"/>
Doutoramento	<input type="checkbox"/>

15. Área científica da formação académica

16. Condição perante o trabalho:

Patrão	<input type="checkbox"/>	Estudante	<input type="checkbox"/>
Trabalhador por conta própria	<input type="checkbox"/>	Desempregado	<input type="checkbox"/>
Trabalhador por conta de outrem	<input type="checkbox"/>	Reformado	<input type="checkbox"/>
Bolseiro de investigação	<input type="checkbox"/>	Ocupa-se das tarefas do lar	<input type="checkbox"/>

17. Profissão

18. Organização laboral onde exerce/exercia a actividade profissional (principal):

Instituição de ensino superior	<input type="checkbox"/>	Laboratório do Estado	<input type="checkbox"/>
Instituição Privada sem Fins Lucrativos	<input type="checkbox"/>	Hospital	<input type="checkbox"/>
Escola do ensino básico ou secundário	<input type="checkbox"/>	Museu	<input type="checkbox"/>
Outro organismo da administração Pública	<input type="checkbox"/>	Empresa	<input type="checkbox"/>

Observações

INQUÉRITO AOS MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO DOS BOLSEIROS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

O projecto de investigação [SOCSCI–Sociedades Científicas na Ciência Contemporânea](#) é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ref. PTDC/CS-ECS/101592/2008) e está a ser desenvolvido pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, com a colaboração do CIES-IUL e do SOCIUS-ISEG-UTL.

No âmbito deste projecto, a **Associação dos Bolseiros de Investigação Científica** foi seleccionada para a realização de um estudo de caso. Procurando, assim, estudar mais em profundidade esta associação, preparámos um pequeno inquérito para os seus membros, que pretende essencialmente conhecer as suas opiniões e perfil sociológico.

As respostas são anónimas e confidenciais. Os resultados obtidos serão utilizados para fins exclusivamente científicos e serão analisados apenas pela equipa de investigação.

O preenchimento do inquérito não deverá levar mais do que 5 minutos. Caso tenha dúvidas, por favor contacte: ana.delicado@ics.ul.pt; 21 780 48 34.

O projecto prevê uma ampla divulgação das conclusões, inclusivamente às associações abrangidas e seus membros.

A sua colaboração é indispensável para o sucesso do nosso projecto. Muito obrigado!

1. Em que ano aderiu à Associação dos Bolseiros de Investigação Científica (ABIC)?

2. Como tomou conhecimento da ABIC?

Através de um colega de trabalho

Através de um professor do ensino superior/orientador

Através de um familiar/amigo

Através de um evento realizado pela ABIC

Através dos meios de comunicação social

Através de uma publicação da ABIC

Através do website da ABIC

Fui um dos membros fundadores

Através de email enviado pela ABIC

Através de um convite de um membro da ABIC

Outra forma, qual?

3. Assinale o grau de importância que atribui às seguintes motivações para se ter tornado membro da ABIC:

	Muito importante	Importante	+/- importante	Pouco importante	Nada importante	Não se aplica
Interesse pelos objectivos da ABIC						
Encorajamento de colegas/amigos/professores						
Convite para integrar os órgãos sociais da ABIC						
Beneficiar de condições especiais de inscrição (por ex. em congressos)						
Participar nas actividades promovidas pela ABIC						
Beneficiar dos serviços proporcionados pela ABIC						
Usufruir de vantagens noutras organizações (nas quais está filiada ou com quem tem protocolos)						
Valorizar o meu currículo profissional/científico						
Contribuir para a defesa dos direitos dos bolseiros de investigação						

Outra, qual?

4. Assinale os aspectos da vida da ABIC em que participa:

	Nunca	Ocasional mente	Frequente mente
Pago quotas			
Participo nas Assembleias Gerais			
Voto nos processos eleitorais			
Faço/fiz parte dos órgãos sociais			
Coordeno um núcleo/secção/publicação da ABIC			
Faço trabalho voluntário na associação			
Faço donativos/dádivas à ABIC			
Angario novos membros para a			

ABIC			
Obtenho financiamento/donativos para a ABIC			
Escrevo nas publicações ou website/blog/fórum da ABIC			
Leio as publicações ou website/blog/fórum da ABIC			
Subscribo a mailing list da ABIC e leio os emails			
Participo nos congressos/encontros que organiza			
Participo em acções de protesto/concentrações			
Participo noutras actividades promovidas pela ABIC			

5. Assinale o grau de importância que atribui aos benefícios de ser membro da ABIC:

	Muito importante	Importante	+/- importante	Pouco importante	Nada importante	Não se aplica
Pertencer a uma comunidade científica/profissional						
Obter informação sobre novidades/descobertas científicas						
Manter-me actualizado sobre eventos, congressos, cursos						
Conviver com pessoas de interesses semelhantes						
Ter a oportunidade de conhecer mais o campo científico (pessoas, organizações)						
Ter acesso a informação sobre oportunidades de emprego						
Poder beneficiar das suas actividades/serviços/publicações/protocolos						
Poder contribuir para a promoção da cultura científica						
Ver os meus interesses representados junto do poder político						
Poder contribuir para o desenvolvimento da ciência e da sociedade						
Contribuir para a melhoria da situação dos bolseiros						
Poder dar apoio a outros bolseiros						
Obter informações e apoio relativo à situação de bolseiro (regulamentos, segurança social, etc.)						

Outro, qual?

6. Como avalia a acção da ABIC hoje:

	Concordo totalmente	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Discordo totalmente	Não se aplica
Desempenha um papel importante na ciência portuguesa						
Desempenha um papel importante na sociedade						
Desempenha um papel importante na minha prática científica/profissional						
Desempenha um papel importante na minha carreira científica/profissional						

7. Do seu ponto de vista, quais dos seguintes problemas tendem a ocorrer na ABIC:

Não haver uma maior renovação de dirigentes	
Ter poucos membros	
Ter pouco envolvimento dos membros	
Proporcionar poucas oportunidades de participação aos membros	
Não apostar na abertura da associação ao público	
Não desenvolver actividades regulares	
Não desenvolver actividades adequadas ou relevantes	
Falta ou insuficiência de apoios públicos	
Instalações inadequadas ou insuficientes	
Falta de pessoal remunerado	
A concorrência com outras associações	
Perder importância perante outros organismos do campo científico	
Ter pouca visibilidade na sociedade ou estar insuficientemente divulgada	
Ausência de núcleos de bolseiros em algumas instituições	
Nenhuns problemas	

Outro, qual?

8. Indique se concorda com as seguintes reivindicações da ABIC:

Substituição das bolsas por contratos de trabalho para todos os bolseiros	
Substituição das bolsas por contratos de trabalho apenas para os bolseiros de Pós-Doutoramento	
Atualização do montante das bolsas	
Acréscimo na contratação de técnicos de laboratório	
Desburocratização e clarificação de regras dos concursos e definição de prazos de financiamento regular	
Direito à representação nos órgãos de decisão das instituições científicas	
Reconhecimento da ABIC como interlocutor dos jovens investigadores com os interlocutores políticos	
Criação de uma política de incentivo ao investimento privado em ciência	

9. Pertence ou pertenceu a outras associações científicas portuguesas?

Sim, sou membro ☐ Não, mas já fui membro ☐ Não, nunca pertenci ☐

9.1. Se é ou já foi membro de outras associações científicas portuguesas, quais?

10. Pertence ou pertenceu a associações científicas internacionais?

Sim, sou membro ☐ Não, mas já fui membro ☐ Não, nunca pertenci ☐

10.1. Se é ou já foi membro de associações científicas internacionais, quais?

DADOS SOCIOGRÁFICOS

11. Sexo Masculino ☐ Feminino ☐

12. Idade

13. Nacionalidade

14. Concelho de residência
(país no caso de residir no estrangeiro)

15. Nível de escolaridade (concluído):

Até ao ensino secundário	<input type="checkbox"/>
Ensino secundário	<input type="checkbox"/>
Licenciatura	<input type="checkbox"/>
Mestrado	<input type="checkbox"/>
Doutoramento	<input type="checkbox"/>

16. Área científica da formação académica

17. Condição perante o trabalho:

Patrão	<input type="checkbox"/>	Estudante	<input type="checkbox"/>
Trabalhador por conta própria	<input type="checkbox"/>	Desempregado	<input type="checkbox"/>
Trabalhador por conta de outrem	<input type="checkbox"/>	Reformado	<input type="checkbox"/>
Bolseiro de investigação	<input type="checkbox"/>	Ocupa-se das tarefas do lar	<input type="checkbox"/>

18. No caso de ser bolseiro, que tipo de bolsa mantém actualmente:

Bolsa de Doutoramento	<input type="checkbox"/>	Bolsa de Pós-Doutoramento	<input type="checkbox"/>
Bolsa de Investigação	<input type="checkbox"/>	Bolsa de Gestão de Ciência e Tecnologia	<input type="checkbox"/>
Bolsa de Técnico de Investigação	<input type="checkbox"/>	Bolsa de Integração na Investigação	<input type="checkbox"/>
Bolsa de Iniciação Científica	<input type="checkbox"/>	Bolsa de Doutoramento em Empresa	<input type="checkbox"/>

Se teve uma ou várias bolsas anteriores, indique de que tipo(s):

Bolsa de Doutoramento	<input type="checkbox"/>	Bolsa de Pós-Doutoramento	<input type="checkbox"/>
Bolsa de Investigação	<input type="checkbox"/>	Bolsa de Gestão de Ciência e Tecnologia	<input type="checkbox"/>

Bolsa de Técnico de Investigação

☐

Bolsa de Integração na Investigação

☐

Bolsa de Iniciação Científica

☐

Bolsa de Doutoramento em Empresa

☐

19. Profissão

20. Organização laboral onde exerce/exercia a actividade profissional (principal):

Instituição de ensino superior nacional

☐

Laboratório do Estado

☐

Instituição de ensino superior estrangeira

☐

Empresa

☐

Instituição Privada sem Fins Lucrativos

☐

Hospital

☐

Escola do ensino básico ou secundário

☐

Museu

☐

Outro organismo da administração Pública

☐

Observações

Anexo B – Guiões de Entrevista

GUIÃO DE ENTREVISTA ÀS ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS PORTUGUESAS - ANICT

A ASSOCIAÇÃO

PARTE I – HISTÓRIA

1. Gostaríamos que começasse por nos contar **como foi criada** a ANICT:
 - quando; - porquê; - quem foram os seus fundadores; - como se formou este grupo (dos fundadores)
2. Quais as **principais mudanças** que sofreu ao longo do tempo?
 - se houve mudanças, principais causas (estímulos internos/externos)
3. Como define a **missão** actual da associação?

PARTE II – ACTIVIDADES

4. Pode falar-nos das **actividades mais importantes da ANICT hoje?**
 - mudanças no tempo; - peso financeiro; - valor identitário/simbólico; - associados e públicos envolvidos
 5. Que tipo de actividades de **divulgação científica** são desenvolvidas?
 - públicos; - objectivos; - impacto
 9. Qual a importância do Simpósio da ANICT para a vida da associação?
 - número de participantes; - públicos; - objectivos; - impacto
- E das reuniões de investigadores?
- número médio de participantes; - públicos; - objectivos; - impacto

PARTE III – FUNCIONAMENTO INTERNO

A - OS ASSOCIADOS

12. **Quem se envolve** efectivamente na vida da associação?
 - quantos e quem são os associados activos (profissão, idade, relações de amizade, etc. entre eles...); - quem são os associados que pagam quotas; - quem são os associados menos participativos
13. **Como tem evoluído o número de associados?**
 - porquê; - como são recrutados; - taxa de representatividade face aos potenciais associados; - representatividade por grupos

B – OS ÓRGÃOS SOCIAIS

16. Como foi constituída a lista eleita para a actual direcção?
 - relação entre membros (amizade, familiar, etc.)

18. Com que **regularidade a Direcção se reúne?**

- como o faz (presencialmente, por telefone, etc.); - por que motivos

D – O FINANCIAMENTO

20. Como avalia a **situação financeira** da associação (difícil, estável, positiva)?

- porquê; - evolução; - perspectivas de sustentabilidade (fontes de financiamento, etc.)

21. De um modo geral, quais as **principais dificuldades** que a associação enfrenta ou enfrentou?

PARTE IV – RELAÇÕES EXTERNAS

22. Como se desenvolvem as relações:

- Com a ABIC:
 - tipo de relação (formal, informal; apoio, parceria...);- pessoas responsáveis por esses contactos (eventuais co-pertenças); - objectivos desses contactos; - como começaram
- Com a Agência Ciência Viva:
 - tipo de relação (formal, informal; apoio, parceria...);- pessoas responsáveis por esses contactos (eventuais co-pertenças); - objectivos desses contactos; - como começaram
- Com a Fundação para a Ciência e Tecnologia:
 - tipo de relação (formal, informal; apoio, parceria...);- pessoas responsáveis por esses contactos (eventuais co-pertenças); - objectivos desses contactos; - como começaram

23. Como se desenvolvem essas relações com outras organizações de natureza não científica:

- Com a Assembleia da República:
 - tipo de relação (formal, informal; apoio, parceria...);- pessoas responsáveis por esses contactos (eventuais co-pertenças); - objectivos desses contactos; - como começaram

24. A ANICT está filiada em alguma associação internacional? Qual/quais? Desde quando? Com que fins?

PARTE V - COMUNICAÇÃO

25. Que formas de **divulgação** das suas actividades privilegia a associação?

- interna e externa; - o impacto percebido dessa divulgação

26. Como entende o tratamento que lhe é dado pela comunicação social?

- actividades; - regularidade; - meio: imprensa escrita, canal televisivo, rádio; - preparação dos jornalistas; - eventuais relações pessoais existentes

PARTE VI – REPRESENTAÇÃO E LOBBY

27. A associação desenvolve **actividades de representação**, nomeadamente **junto do poder político** (partidos político, Governo, administração local, etc.), como é que tal se procede?

- identificação dos actores sociais em causa (designação completa dos organismos)
- porquê (razões para pouca ou muita consulta)
- são procurados ou procuram
- principais problemas com que lidam
- impacto percebido da consulta

28. Em que situações a associação exerceu pressão sobre o poder político ou económico?

- em que situações; - de que forma; - porquê; - impacto percebido desse processo

PARTE VII – ÉTICA

29. No seu entender uma associação científica **como esta** deve ter uma **função ética**?

- porquê; - eventuais obstáculos ao cumprimento dessa função; - formas de exercício da função; - outros actores envolvidos no exercício da função
- casos concretos

O(A) PRESIDENTE

B - ENVOLVIMENTO NA ASSOCIAÇÃO

33. Qual o seu **percurso no interior da associação**?

- quando aderiu; - porquê; - funções noutros órgãos; - obstáculos e factores promotores da integração; - como se tornou presidente

C – MULTIPERTENÇAS ASSOCIATIVAS

34. – Finalmente pode dar-nos conta de **outras experiências associativas** que teve?

- associações científicas; - partidos políticos; - funções desempenhadas; - convites recebidos

Chegamos ao fim. Muito obrigado!

GUIÃO DE ENTREVISTA ÀS ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS PORTUGUESAS - ABIC

A ASSOCIAÇÃO

PARTE I – HISTÓRIA

1. Gostaríamos que começasse por nos contar **como foi criada** a ABIC:
 - quando; - porquê; - quem foram os seus fundadores; - como se formou este grupo (dos fundadores)
2. Quais as **principais mudanças** que sofreu ao longo do tempo?
 - se houve mudanças, principais causas (estímulos internos/externos)
3. Como define a **missão** actual da associação?

PARTE II – ACTIVIDADES

4. Pode falar-nos das **actividades mais importantes da ABIC hoje**?
 - mudanças no tempo; - peso financeiro; - valor identitário/simbólico; - associados e públicos envolvidos
 5. Que tipo de actividades de **divulgação científica** são desenvolvidas?
 - públicos; - objectivos; - impacto
 7. Que tipo de **acções de formação** são ministradas?
 - públicos; - objectivos; - impacto
 8. Pode falar-nos do Boletim da ABIC?
 - públicos; - objectivos; - impacto
 9. Qual a importância das Conferências de Emprego Científico para a vida da associação?
 - número médio de participantes; - públicos; - objectivos; - impacto
- E das Reuniões de Bolseiros?
- número médio de participantes; - públicos; - objectivos; - impacto

PARTE III – FUNCIONAMENTO INTERNO

A - OS ASSOCIADOS

12. **Quem se envolve** efectivamente na vida da associação?
 - quantos e quem são os associados activos (profissão, idade, relações de amizade, etc. entre eles...); - quem são os associados que pagam quotas; - quem são os associados menos participativos
13. **Como tem evoluído o número de associados?**

- porquê; - como são recrutados; - taxa de representatividade face aos potenciais associados; - representatividade por grupos

14. Têm **associados que desempenham funções remuneradas** na associação?
- se sim, a que se deve essa colaboração; - se sim, em que funções

B – OS ÓRGÃOS SOCIAIS

16. Como foi constituída a lista da actual direcção?
- relação entre membros (amizade, familiar, etc.)
17. Qual tem sido a **participação eleitoral** dos associados?
- evolução; - taxa de participação; - número de listas; - renovação das listas
18. Com que **regularidade a Direcção se reúne**?
- como o faz (presencialmente, por telefone, etc.); - por que motivos

C – A ESTRUTURA INTERNA

19. Como descreve a actividade dos Núcleos Institucionais da Associação?
- como surgiram; - como se desenvolveram; - que importância têm na vida da associação; - quem são os associados que os dinamizam ; - que autonomia têm

E dos Grupos de Trabalho?

- como surgiram; - como se desenvolveram; - que importância têm na vida da associação; - quem são os associados que os dinamizam ; - que autonomia têm

D – O FINANCIAMENTO

20. Como avalia a **situação financeira** da associação (difícil, estável, positiva)?
- porquê; - evolução; - perspectivas de sustentabilidade (fontes de financiamento, etc.)
21. De um modo geral, quais as **principais dificuldades** que a associação enfrenta ou enfrentou?

PARTE IV – RELAÇÕES EXTERNAS

22. Como se desenvolvem as relações com...
- pessoas responsáveis por esses contactos (eventuais co-pertenças); - objectivos desses contactos; - como começaram
O SNESup:

A Ordem dos Biólogos:

A Organização dos Trabalhadores Científicos:

Fundação para a Ciência e Tecnologia:

Laboratórios de Estado:

23. Como se desenvolvem as relações com ...

-- tipo de relação (formal, informal; apoio, parceria...); - pessoas responsáveis por esses contactos (eventuais co-pertencas); - objectivos desses contactos; - como começaram As Associações Industriais/Empresariais:

A Assembleia da República:

24. A Associação está filiada ou tem contactos com alguma associação internacional? Qual/quais? Desde quando? Com que fins?

PARTE V - COMUNICAÇÃO

25. Que formas de **divulgação** das suas actividades privilegia a associação?

- interna e externa; - o impacto percebido dessa divulgação

26. **Como entende o tratamento que lhe é dado pela comunicação social?**

- actividades; - regularidade; - meio: imprensa escrita, canal televisivo, rádio; - preparação dos jornalistas; - eventuais relações pessoais existentes

PARTE VI – REPRESENTAÇÃO E LOBBY

27. Se a associação desenvolve **actividades de representação**, nomeadamente **junto do poder político** (partidos político, Governo, administração local, etc.), como é que tal se procede?

- identificação dos actores sociais em causa (designação completa dos organismos); - porquê (razões para pouca ou muita consulta); - são procurados ou procuram; - principais problemas com que lidam; - impacto percebido da consulta

28. A associação já exerceu pressão sobre o poder político ou económico?

- em que situações; - de que forma; - porquê; - impacto percebido desse processo

PARTE VII – ÉTICA

29. No seu entender uma associação científica **como esta** deve ter uma **função ética**?

- porquê; - eventuais obstáculos ao cumprimento dessa função; - formas de exercício da função; - outros actores envolvidos no exercício da função; - casos concretos

O(A) PRESIDENTE

B - ENVOLVIMENTO NA ASSOCIAÇÃO

33. Qual o seu **percurso no interior da associação**?

- quando aderiu; - porquê; - funções noutros órgãos; - obstáculos e factores promotores da integração; - como se tornou presidente

C – MULTIPERTENÇAS ASSOCIATIVAS

34. – Finalmente pode dar-nos conta de **outras experiências associativas** que teve?

- associações científicas; - partidos políticos; - funções desempenhadas; - convites recebidos

Chegamos ao fim. Muito obrigado!

GUIÃO DE ENTREVISTA ÀS ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS PORTUGUESAS - OTC

A ASSOCIAÇÃO

PARTE I – HISTÓRIA

1. Gostaríamos que começasse por nos contar **como foi criada** a associação:
 - quando
 - porquê
 - quem foram os seus fundadores
 - como se formou este grupo (dos fundadores)
2. Quais as **principais mudanças** que sofreu ao longo do tempo?
 - se houve mudanças, principais causas (estímulos internos/externos)
3. Como define a **missão** actual da associação?

PARTE II – ACTIVIDADES

4. Pode falar-nos das **actividades mais importantes da associação hoje**?
 - mudanças no tempo
 - peso financeiro
 - valor identitário/simbólico
 - associados e públicos envolvidos
5. Que tipo de actividades de **divulgação científica** são desenvolvidas?
 - públicos
 - objectivos
 - impacto
8. Pode falar-nos do vosso boletim?
 - tiragem(ens)
 - públicos
 - objectivos
 - impacto
9. Qual a importância dos vossos **encontros científicos** para a vida da associação?
 - número médio de participantes
 - públicos
 - objectivos
 - impacto

PARTE III – FUNCIONAMENTO INTERNO

A - OS ASSOCIADOS

12. **Quem se envolve** efectivamente na vida da associação?

- quantos e quem são os associados activos (profissão, idade, relações de amizade, etc. entre eles...)

- quem são os associados que pagam quotas
- quem são os associados menos participativos

13. Como tem evoluído o número de associados?

- porquê
- como são recrutados
- taxa de representatividade face aos potenciais associados
- representatividade por grupos (etários, posição na carreira, disciplinares)

B – OS ÓRGÃOS SOCIAIS

16. Quem são os actuais membros da Direcção?

- categoria profissional e institucional
- idade, sexo
- proveniência geográfica
- antiguidade na associação
- como foi constituída a lista / relação entre membros (amizade, familiar, etc.)

17. Qual tem sido a participação eleitoral dos associados?

- evolução
- taxa de participação
- número de listas
- renovação das listas

18. Com que regularidade a Direcção se reúne?

- como o faz (presencialmente, por telefone, etc.)
- por que motivos

D – O FINANCIAMENTO

20. Como avalia a situação financeira da associação (difícil, estável, positiva)?

- porquê
- evolução
- perspectivas de sustentabilidade (fontes de financiamento, etc.)

21. De um modo geral, quais as principais dificuldades que a associação enfrenta ou enfrentou?

PARTE IV – RELAÇÕES EXTERNAS

22. Como se desenvolvem as relações com as organizações de natureza científica com as quais a associação mantém contactos regulares?

- principais parceiros nacionais e internacionais (associações, outras instituições)

Com a Associação de Bolseiros de Investigação Científica - ABIC:

- como começaram
- com que fins

- pessoas responsáveis por esses contactos (eventuais co-pertenças)
- Com a Federação Nacional dos Professores – FENPROF:
- como começaram
 - com que fins
 - pessoas responsáveis por esses contactos (eventuais co-pertenças)
- Com a Confederação Portuguesa de Quadros Científicos e Técnicos – CPQCT:
- como começaram
 - com que fins
 - pessoas responsáveis por esses contactos (eventuais co-pertenças)
- Com Estabelecimentos de Ensino Superior:
- quais
 - como começaram
 - com que fins
 - pessoas responsáveis por esses contactos (eventuais co-pertenças)

23. Como se desenvolvem as relações com as organizações de natureza não científica com as quais a associação mantém contactos regulares?

- principais parceiros nacionais e internacionais

Com a Assembleia da República:

- como começaram
- com que fins
- pessoas responsáveis por esses contactos(eventuais co-pertenças)

24. A associação está filiada em alguma associação internacional? Qual/quais? Desde quando? Por que razão? Com que benefícios?

PARTE V - COMUNICAÇÃO

25. Que formas de **divulgação** das suas actividades privilegia a associação?

- interna e externa
- o impacto percebido dessa divulgação

26. Como entende o tratamento que lhe é dado pela comunicação social?

- actividades
- regularidade
- meio: imprensa escrita, canal televisivo, rádio
- preparação dos jornalistas
- eventuais relações pessoais existentes

PARTE VI – REPRESENTAÇÃO E LOBBY

27. (VER INQUÉRITO) Se a associação desenvolve **actividades de representação**, nomeadamente **junto do poder político** (partidos político, Governo, administração local, etc.), como é que tal se procede?

- identificação dos actores sociais em causa (designação completa dos organismos)
- porquê (razões para pouca ou muita consulta)
- são procurados ou procuram
- principais problemas com que lidam
- impacto percebido da consulta

28. Em que situações a associação exerceu pressão sobre o poder político ou económico?

- em que situações
- de que forma
- porquê
- impacto percebido desse processo

29. No seu entender um sindicato científico **como esta** deve ter uma **função ética**?

- porquê
- eventuais obstáculos ao cumprimento dessa função
- formas de exercício da função
- outros actores envolvidos no exercício da função
- casos concretos

B - ENVOLVIMENTO NA ASSOCIAÇÃO

33. Qual o seu **percurso no interior da associação**?

- quando aderiu
- porquê
- funções noutros órgãos
- obstáculos e factores promotores da integração
- como se tornou presidente

C – MULTIPERTENÇAS ASSOCIATIVAS

34. – Finalmente pode dar-nos conta de **outras experiências associativas** que teve?

- associações científicas
- partidos políticos
- funções desempenhadas
- convites recebidos

Chegamos ao fim. Muito obrigado!

GUIÃO DE ENTREVISTA ÀS ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS PORTUGUESAS – Presidente SNESup

A ASSOCIAÇÃO

PARTE I – HISTÓRIA

1. Gostaríamos que começasse por nos contar **como foi criado o SNESup**:
 - quando; - porquê; - quem foram os seus fundadores; - como se formou este grupo/ quem são os fundadores)
2. Quais as **principais mudanças** que sofreu ao longo do tempo?
 - se houve mudanças, principais causas (estímulos internos/externos); - período mais e menos próspero
3. Como define a **missão** actual do sindicato?

PARTE II – ACTIVIDADES

4. Pode falar-nos das **actividades mais importantes do SNESup hoje**?
 - mudanças no tempo; - peso financeiro; - valor identitário/simbólico; - associados e públicos envolvidos
 5. Que tipo de actividades de **divulgação científica** são desenvolvidas?
 - públicos; - objectivos; - impacto
 7. Que tipo de **acções de formação** são ministradas?
 - públicos; - objectivos; - impacto
 8. Pode falar-nos das vossas **publicações**, a revista Ensino Superior e os boletins InfoSNESup e SNESup Ciência e Tecnologia)?/
 - tiragem(ens); - públicos; - objectivos; - impacto
 9. Qual a importância dos Congressos do SNESup para a vida da associação?
 - número médio de participantes; - públicos; - objectivos; - impacto
- e das reuniões de docentes e investigadores nas universidades?
- número médio de participantes; - públicos; - objectivos; - impacto

PARTE III – FUNCIONAMENTO INTERNO

A - OS ASSOCIADOS

12. **Quem se envolve** efectivamente na vida do sindicato?

- quantos são os associados; - quem são os associados activos (profissão, idade, relações de amizade, etc. entre eles...); - quem são os associados que pagam quotas; - quem são os associados menos participativos

13. Como tem evoluído o número de associados?

- porquê; - como são recrutados; - taxa de representatividade face aos potenciais associados; - representatividade por grupos sócio-profissionais

14. Têm associados que desempenham funções remuneradas na associação?

- se sim, a que se deve essa colaboração; - se sim, em que funções

15. Se têm trabalhadores na associação, fale-nos um pouco deles:

- quando foi contratado o primeiro e porquê; - funções desempenhadas; - como são recrutados; - evolução do seu número

B – OS ÓRGÃOS SOCIAIS

16. Como foi constituída a lista para a actual direcção?

- relações entre os membros

17. Qual tem sido a participação eleitoral dos associados?

- evolução; - taxa de participação; - número de listas; - renovação das listas

18. Com que regularidade a Direcção se reúne?

- como o faz (presencialmente, por telefone, etc.); - que motivos

C – A ESTRUTURA INTERNA

19. Como descreve a actividade das Delegações Regionais?

- como surgiram; - como se desenvolveram; - que importância têm na vida da associação; - quem são os associados que os dinamizam ; - que autonomia têm

e das Secções Sindicais?

- como surgiram; - como se desenvolveram; - que importância têm na vida da associação; - quem são os associados que os dinamizam ; - que autonomia têm

D – O FINANCIAMENTO

20. Como avalia a situação financeira do sindicato (difícil, estável, positiva)?

- porquê; - evolução; - perspectivas de sustentabilidade (fontes de financiamento, etc.)

21. De um modo geral, quais as principais dificuldades que o SNESup enfrenta ou enfrentou?

PARTE IV – RELAÇÕES EXTERNAS

22. Se o sindicato estabelece contactos regulares com outras organizações de natureza científica, como se desenvolvem essas relações:

- principais parceiros nacionais e internacionais (associações, outras instituições)
- tipo de relação (formal, informal; apoio, parceria...)
- pessoas responsáveis por esses contactos (eventuais co-pertencas)

- objectivos desses contactos
- como começaram

23. Se o sindicato estabelece **contactos regulares com outras organizações de natureza não científica** (como empresas e escolas), como se desenvolvem essas relações:

- principais parceiros nacionais e internacionais
- tipo de relação (formal, informal; apoio, parceria...)
- pessoas responsáveis por esses contactos(eventuais co-pertenças)
- objectivos desses contactos
- como começaram

24. O SNESup está filiado em alguma associação internacional? Qual/quais? Desde quando? Com que fins?

PARTE V - COMUNICAÇÃO

25. Que formas de **divulgação** das suas actividades privilegia o sindicato?

- interna e externa; - impacto percebido dessa divulgação

26. **Como entende o tratamento que lhe é dado pela comunicação social?**

- actividades; - regularidade; - meio: imprensa escrita, canal televisivo, rádio; - preparação dos jornalistas; - eventuais relações pessoais existentes

PARTE VI – REPRESENTAÇÃO E LOBBY

27. Se o sindicato desenvolve **actividades de representação**, nomeadamente **junto do poder político** (partidos político, Governo, administração local, etc.), como é que tal se procede?

- identificação dos actores sociais em causa (designação completa dos organismos);
- porquê (razões para pouca ou muita consulta); - são procurados ou procuram; - principais problemas com que lidam; - impacto percebido da consulta

28. Em que situações o sindicato exerceu pressão sobre o poder político ou económico?

- em que situações; - de que forma; - porquê; - impacto percebido desse processo

PARTE VII – ÉTICA

29. No seu entender, um sindicato científico **como este** deve ter uma **função ética**?

- porquê; - eventuais obstáculos ao cumprimento dessa função; - formas de exercício da função; - outros actores envolvidos no exercício da função; - casos concretos

B - ENVOLVIMENTO NA ASSOCIAÇÃO

34. Qual o seu **percurso no interior do SNESup**?

- quando aderiu; - porquê; - funções noutros órgãos; - obstáculos e factores promotores da integração; - como se tornou presidente

C – MULTIPERTENÇAS ASSOCIATIVAS

35. – Finalmente pode dar-nos conta de **outras experiências associativas** que teve?

- associações científicas; - partidos políticos; - funções desempenhadas; - convites recebidos

GUIÃO DE ENTREVISTA ÀS ASSOCIAÇÕES CIENTÍFICAS PORTUGUESAS – Área de Responsabilidade de Política Científica e Apoio aos Investigadores do SNESup

Parte I – História

1. Gostaríamos que começasse por nos contar **como foi criada a área de responsabilidade de Política Científica e Apoio aos Investigadores**:
- quando; - porquê; - por iniciativa de quem
2. Quais as **principais mudanças** que sofreu ao longo do tempo?
- importância dentro do SNESup; - quais as causas

Parte II – Actividades

3. Quais são as principais actividades da área de responsabilidade?
- mudanças ao longo do tempo; - associados e públicos envolvidos
4. Pode falar-nos do boletim SNESup Ciência e Tecnologia?
- objectivos; - impactos

Qual a presença dos temas de política científica em outras publicações do SNESup, no período anterior à criação deste boletim?

5. De que forma a área de responsabilidade de Política Científica e Apoio aos Investigadores participa no Congresso do SNESup?
- peso no total de conteúdos do congresso; - evolução ao longo do tempo; - existência de espaço de discussão específicos; - quem participa (comunidade académica em geral ou os investigadores em específico)

E na organização das reuniões de investigadores?

- são organizadas reuniões exclusivamente de/para pessoal investigador? - em que instituições?

Parte III - Sócios

6. Como tem evoluído o número de investigadores não-docentes entre os sócios do SNESup?
- Quem são? (bolseiros, investigadores de carreira)
7. Qual o envolvimento de investigadores não-docentes nas actividades do SNESup e da área de Política Científica e Apoio aos Investigadores?
8. Existem secções sindicais em instituições vocacionadas exclusivamente para a investigação científica, por exemplo laboratórios associados e de estado?
Quais? Têm sido criadas novas?

Parte IV – Representação e Lobby

9. Em que situações a associação exerceu pressão sobre o poder político ou sobre as instituições científicas em questões relativas à política científica ou ao pessoal investigador (investigadores de carreira; bolseiros)?
- de que forma; - porquê; - impacto percebido desse processo

Parte V - Relações

10. Como se desenvolvem as relações com organizações ligadas à comunidade científica e à política científica (associações, FCT, universidades)?
 - tipo de relação (formal, informal; apoio, parceria...); - pessoas responsáveis por esses contactos (eventuais co-pertenças); - objectivos desses contactos; - como começaram
11. O SNESup mantém relações com associações ou sindicatos estrangeiros?
 - Qual/quais? - Desde quando? - Com que fins?

Parte VI -Dificuldades

12. Quais as principais dificuldades sentidas pelo SNESup nesta área em específico?

O Coordenador

B - ENVOLVIMENTO NA ASSOCIAÇÃO

13. Qual o vosso **percurso no interior da associação**?
 - quando aderiram
 - porquê
 - funções noutros órgãos
 - obstáculos e factores promotores da integração
 - como chegaram aos cargos que ocupam

C – MULTIPERTENÇAS ASSOCIATIVAS

14. Finalmente podem dar-nos conta de **outras experiências associativas** que tiveram?
 - associações científicas
 - partidos políticos
 - funções desempenhadas
 - convites recebidos